

RESUMO EXECUTIVO DO SEMINÁRIO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Data: 24 A 26 DE ABRIL DE 2024

Local: Auditório da FIOCRUZ - Universidade de Brasília
Facilitar e relator do evento: Paulo Cesar Arns¹

Este documento é o Relatório completo do Seminário Nacional de Desenvolvimento Territorial, organizado pela Secretaria de Governança Fundiária, Desenvolvimento Territorial e Sociobiodiversidade (SFDT) do Ministério de Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) que ocorreu entre os dias 24 e 26 de abril, com o objetivo de promover debates e reflexões sobre questões relacionadas à territorialidade e desenvolvimento rural no Brasil.

Foi produzido um relatório executivo, que segue a parte deste relatório completo, que traz um resumo dos resultados do evento.

Link para acessar vídeo de todo evento:

https://www.youtube.com/watch?v=zZKG_2TILu8

Link para acessar apresentações, fotos e outros registros:

https://linktr.ee/desenvolvimentoterritorial_mda

¹ Engenheiro Agrônomo, Mestre em Gestão e Políticas Ambientais, sócio fundador do IADH, sócio diretor da Prismati Consultoria Planejamento e Projetos)

Sumário

1. CREDENCIAMENTO E EXPECTATIVA DOS PARTICIPANTES.....	3
2. RESUMO EXECUTIVO.....	6
2.1. Resultados do Evento.....	6
2.2. Respostas as perguntas orientadoras do evento.....	9
2.3. Desafios apontados.....	11
2.4. Estratégias sugeridas.....	13
2.5. Para além do evento, alguns encaminhamentos visualizados.....	15
3. PROGRAMAÇÃO E RESULTADOS.....	18
3.1. DIA 24 PERÍODO DA TARDE.....	18
Painel 01: Territorialidade e desenvolvimento rural.....	18
Painel 02: “Participação social, diversidade, educação popular e integração de políticas públicas”.....	22
3.2. DIA 24 PERÍODO DA NOITE.....	27
Abertura oficial do evento.....	27
Assinatura do protocolo mda e sg.....	29
Fala da SG - Ministro Márcio Macedo.....	29
Fala do MDA - Ministro Paulo Teixeira.....	30
3.3. DIA 25 – PERÍODO DA MANHÃ.....	32
Mesa 1 - A territorialização das políticas públicas da Bahia.....	32
Mesa 2 - Políticas públicas interministeriais com recortes territoriais.....	34
3.4. DIA 25 – PERÍODO DA TARDE.....	39
Mesa 3 - Diálogos sobre a territorialização das Políticas Públicas do MDA...39	
Mesa 4 - A retomada da política de desenvolvimento territorial rural.....	46
3.5. DIA 26 PERÍODO DA MANHÃ.....	52
Mesa 1 - Homologação de territórios rurais.....	52
MESA 2 - Transferência de recursos públicos federais aos territórios:.....	56
4. ENCAMINHAMENTOS:.....	61
Leitura da carta final do seminário nacional de desenvolvimento.....	61
5. ENCERRAMENTO.....	62
6. ANEXOS.....	64

1. CREDENCIAMENTO E EXPECTATIVA DOS PARTICIPANTES

A expectativa dos participantes expressa (Anexo 2 lista de participantes) um forte desejo por uma retomada efetiva da política territorial, com foco na inclusão, participação e desenvolvimento sustentável dos territórios. Um síntese das expectativas foi possível identificar alguns pontos recorrentes:

Política Territorial e Governança Social: Expectativa de que a política territorial seja vista como uma política de governança e social; Retomada e reconstrução da política territorial nos territórios da cidadania; Reestruturação da política territorial em todo o país, com foco nos territórios de identidade; Esperança de uma retomada efetiva da política de desenvolvimento territorial.

Aprendizado e Contribuição: Expectativa de adquirir conhecimento e contribuir para melhorias nas políticas públicas; Comentários sobre a importância da permanente formação e do diálogo permanente com os colegiados territoriais.

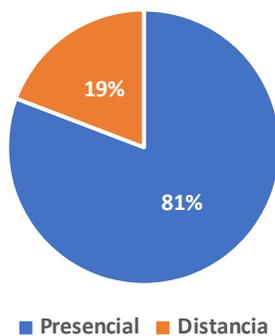
Esperanças e Expectativas Gerais: Expectativa de sucesso e produtividade do evento; Expectativa de debates produtivos que envolvam a sociedade civil e o poder público; Esperança de que o evento proporcione a construção de políticas públicas efetivas e inclusivas; Parabenização pela iniciativa do seminário e pela organização do evento.

Quanto a participação vale destacar os seguintes aspectos: O evento foi bastante representativo do ponto de vista político, contando com a participação dos Superintendentes Federais do MDA, gestores públicos de diferentes esferas de governo e lideranças territoriais de todos os estados, representando os principais segmentos sociais do campo (Agricultura familiar, assentados da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais) e com completa paridade entre homens e mulheres.

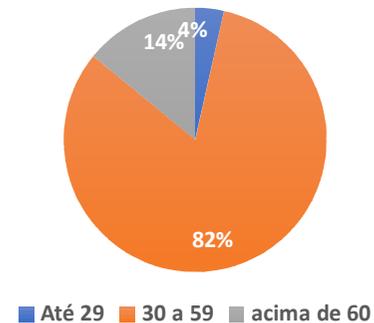
Com pode ser visto na síntese das expectativas, todos estavam embebidos em contribuir para (re)construir uma política territorial, onde lideranças estaduais, juntamente com os superintendentes do MDA, terão papel importante em ajustar a estratégia a realidade de cada estado. O Seminário Nacional selou o papel político desempenhado pela Rede Nacional de Colegiados Territoriais (RNCT) até o momento e a coloca como legítima interlocutora junto a SFDT/MDA e com a SNPS/SCPR, bem como, a Rede como espaço de articulação dos diferentes campos políticos e formas de organização de organização do campo no tema do desenvolvimento rural com enfoque territorial.

Seguem alguns números que caracterizam os participantes:

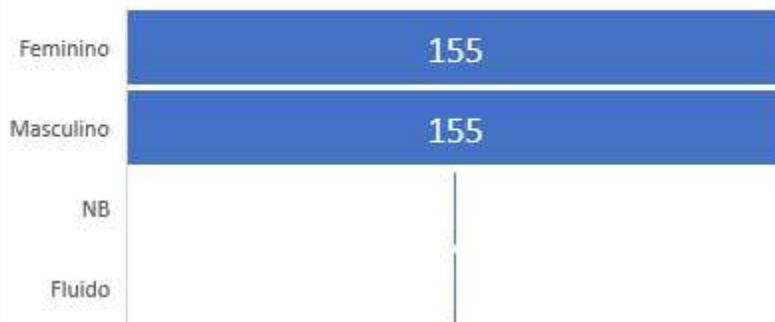
Forma de participação
(312 participantes)



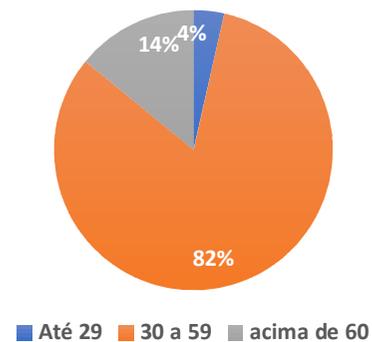
Idade dos participantes
(312 participantes)



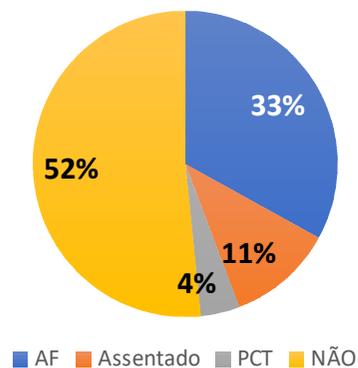
Gênero
(312 participantes)



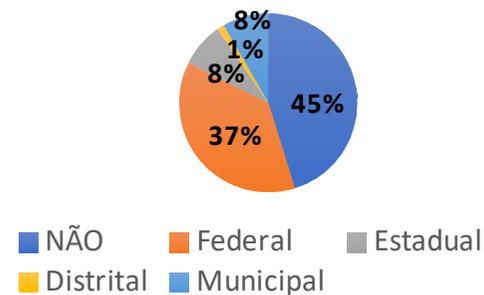
Idade dos participantes
(312 participantes)



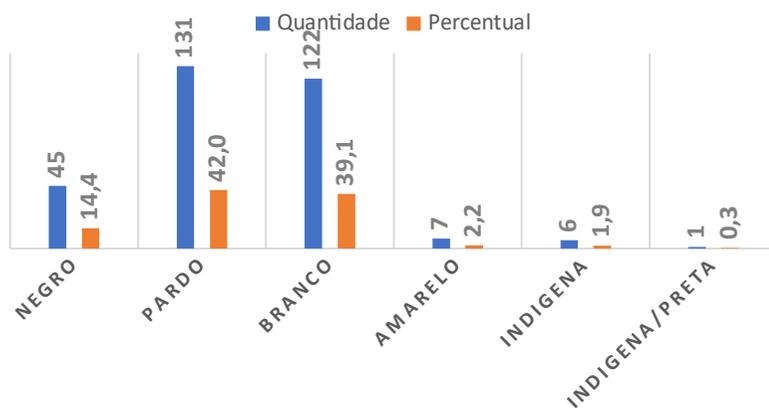
Segmentos Sociais Representados



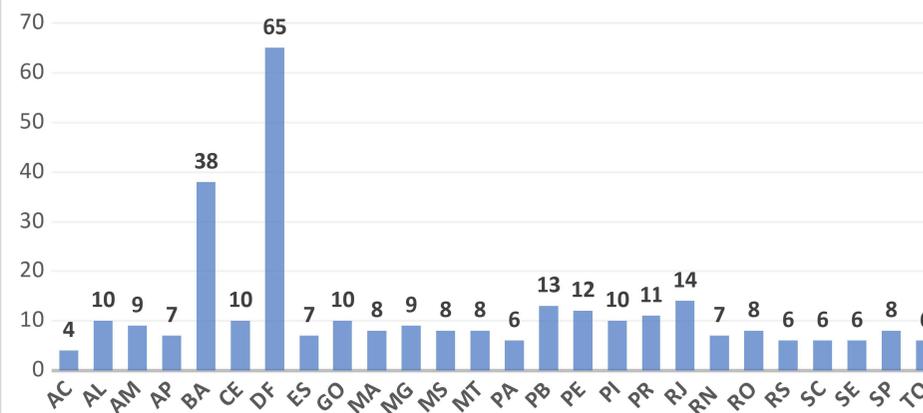
Desenvolve atividade na gestão pública



Cor/Raça



Representação por Estado



MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
AGRÁRIO E
AGRICULTURA FAMILIAR



2. RESUMO EXECUTIVO

2.1. Resultados do Evento

Dia 24:

No primeiro dia, foram realizados dois painéis: o primeiro abordou a territorialidade e o desenvolvimento rural, enquanto o segundo discutiu a participação social, diversidade, educação popular e integração de políticas públicas. Os dois painéis realizados proporcionaram uma rica troca de conhecimentos e experiências, contribuindo significativamente para a construção da política de desenvolvimento territorial no Brasil.

Painel 01: Territorialidade e Desenvolvimento Rural. Neste painel, os participantes puderam explorar a relação entre territorialidade e desenvolvimento rural, destacando a importância de compreender e valorizar as especificidades de cada território na formulação e implementação de políticas públicas. Foram discutidos temas como a diversidade geográfica, cultural e econômica das áreas rurais, bem como os desafios e oportunidades para promover um desenvolvimento sustentável e inclusivo nessas regiões. As contribuições dos palestrantes e participantes ajudaram a ampliar a compreensão sobre como as dinâmicas territoriais influenciam no acesso a recursos, na organização social e na qualidade de vida das populações rurais.

Painel 02: Participação Social, Diversidade, Educação Popular e Integração de Políticas Públicas. Este painel abordou questões essenciais para a construção de uma política de desenvolvimento territorial participativa e inclusiva. A discussão girou em torno da importância da participação social como ferramenta fundamental para a promoção da cidadania e o fortalecimento da democracia. Além disso, foram exploradas estratégias para garantir a integração de políticas públicas em nível local, considerando a diversidade de atores e interesses presentes nos territórios. A educação popular foi destacada como um instrumento poderoso para capacitar as comunidades rurais e estimular seu engajamento nas decisões que afetam suas vidas. As reflexões apresentadas neste painel contribuíram para ampliar a visão sobre como promover uma gestão territorial mais participativa, colaborativa e eficaz.

Abertura Oficial do Evento e Assinatura do Protocolo de Intenções SFDT/MDA-SNPS/SGPR.

A abertura oficial do evento marcou o início das atividades, proporcionando um momento de acolhimento e integração entre os participantes. Além disso, foi uma oportunidade para apresentar os temas que seriam explorados nos dias seguintes, criando uma expectativa positiva

e motivadora para o desenvolvimento das discussões. A cerimônia de abertura também reforçou o compromisso do Ministério de Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar com a promoção do desenvolvimento territorial sustentável e a valorização das comunidades rurais brasileiras.

A assinatura do Protocolo de Intenções entre a SNPS/SGPR e a SFDT/MDA efetivou o compromisso de ambos os Ministérios e sinalizou para os participantes o empenho com construção da “estratégia de territorialização das políticas públicas com participação social e educação popular nos territórios”, prevendo reuniões bimestrais entre as equipes das SNPS e SFDT no sentido de coordenar as ações e operacionalizar a implementação dessa estratégia e respectivo Programa. Foi sinalizado como passo seguinte a assinatura de um Decreto Presidencial e na implantação do Programa de Articulação da Participação Social com Educação Popular nos Territórios pela SGPR, que adotará o enfoque territorial em zonas metropolitanas e interioranas do País.

Dia 25:

O segundo dia foi marcado por mesas de discussão que abordaram diferentes aspectos da territorialização das políticas públicas, tanto na esfera estadual quanto interministerial. As políticas públicas do MDA com recorte territorial foram um dos focos das discussões, assim como a retomada da política de desenvolvimento territorial rural. As mesas de discussão exploraram aspectos fundamentais da territorialização das políticas públicas, oferecendo insights valiosos para a construção de uma política de desenvolvimento territorial eficaz e inclusiva.

MESA - A Territorialização das Políticas Públicas da Bahia. Esta mesa trouxe à tona a experiência do estado da Bahia na adoção da abordagem territorial na gestão das políticas públicas e territorialização das políticas públicas, destacando os desafios e as boas práticas encontradas ao longo desse processo. Foram discutidas estratégias para fortalecer a participação social e promover o desenvolvimento sustentável em nível local, considerando as especificidades territoriais e as demandas das comunidades rurais baianas. As lições aprendidas (vanços e desafios) da Bahia podem servir de inspiração e referência para outros estados e regiões do país.

MESA - Políticas Públicas Interministeriais com Recortes Territoriais. Nesta mesa, foram apresentadas e debatidas políticas públicas interministeriais que adotam uma abordagem territorializada em sua implementação. A integração de ações de diferentes ministérios foi destacada como uma estratégia eficaz para potencializar os impactos positivos dessas políticas nos territórios rurais, promovendo o

desenvolvimento econômico, social e ambiental de forma integrada e sustentável. Exemplos concretos foram compartilhados, evidenciando os benefícios e os desafios dessa abordagem colaborativa.

MESA - Políticas Públicas do MDA com Recorte Territorial. Esta mesa concentrou-se nas políticas públicas do Ministério de Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) com recorte territorial, analisando sua relevância e eficácia na promoção do desenvolvimento rural. Foram discutidos programas e iniciativas voltados para a agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais, bem como os desafios enfrentados na sua implementação e articulação com outros atores e políticas públicas. As reflexões apresentadas nessa mesa contribuíram para identificar oportunidades de aprimoramento e fortalecimento dessas políticas no contexto territorial.

MESA - A Retomada da Política de Desenvolvimento Territorial Rural. O último painel do dia abordou a retomada da política de desenvolvimento territorial rural, destacando a importância de resgatar e fortalecer essa agenda em um contexto de mudanças políticas e institucionais. Foram apresentadas propostas e estratégias para revitalizar e ampliar as ações voltadas para o desenvolvimento territorial, visando garantir maior participação e controle social nos processos de implementação das políticas públicas. As discussões dessa mesa foram fundamentais para mobilizar os participantes em torno do desafio de promover um desenvolvimento territorial mais justo, inclusivo e sustentável em todo o país.

Dia 26:

No último dia, as mesas se concentraram na homologação de territórios rurais e na transferência de recursos públicos federais aos territórios e aprofundaram questões cruciais para a consolidação de uma política de desenvolvimento territorial efetiva e abrangente.

MESA - Homologação de Territórios Rurais. Esta mesa abordou o processo de homologação de territórios rurais, destacando sua importância como instrumento de reconhecimento e valorização das dinâmicas territoriais e das identidades locais. Foram apresentadas diretrizes para a homologação, bem como os desafios enfrentados nesse processo, incluindo questões relacionadas à delimitação territorial, reconhecimento dos atores locais e articulação entre os diferentes níveis de governo. As reflexões e recomendações compartilhadas nessa mesa contribuíram para orientar e aprimorar os procedimentos de homologação de territórios, visando garantir sua eficácia e legitimidade como instrumento de gestão e desenvolvimento territorial.

MESA - Transferência de Recursos Públicos Federais aos Territórios. Nesta mesa, foram discutidas as estratégias e os desafios relacionados à transferência de recursos públicos federais para os territórios rurais, visando fortalecer as iniciativas de desenvolvimento local e promover a inclusão socioeconômica das populações rurais. Foram apresentados modelos e mecanismos de repasse de recursos, bem como experiências bem-sucedidas de sua aplicação em diferentes contextos territoriais. Além disso, foram debatidas questões relacionadas à governança e à transparência na gestão dos recursos, visando garantir sua efetividade e impacto positivo no desenvolvimento das comunidades rurais.

Encaminhamentos e encerramento.

Este momento proporcionou a oportunidade de apresentar a carta do Seminário (ver anexo 1), sintetizar as principais conclusões e recomendações surgidas ao longo do seminário, sendo a carta do Seminário, o ponto importante dos resultados. Foram definidos os próximos passos a serem tomados para dar continuidade às discussões e iniciativas apresentadas, bem como para promover a implementação das políticas e ações discutidas durante o evento. Além disso, foi reforçado o compromisso de todos os participantes em trabalhar de forma colaborativa e engajada na construção de uma política de desenvolvimento territorial mais justa, inclusiva e sustentável para o Brasil.

2.2. Respostas as perguntas orientadoras do evento

O Seminário Nacional de Desenvolvimento Territorial foi uma oportunidade única para discutir e elaborar estratégias para fortalecer a política de desenvolvimento territorial no Brasil. Ao longo dos três dias de evento, foram abordadas questões fundamentais relacionadas à territorialização das políticas públicas, participação social, diversidade, integração de políticas e a retomada da política de desenvolvimento territorial rural. As mesas e painéis proporcionaram um espaço de reflexão e diálogo entre diversos atores sociais, governamentais e da sociedade civil, visando encontrar respostas para as três perguntas chave: 1) Quais ações estratégicas o Governo Federal propõe para fortalecer a territorialização de políticas públicas federais? 2) Quais mecanismos podem ser adotados em cada território para melhorar o monitoramento, capacitação, divulgação e comunicação das políticas públicas federais? 3) Quais programas, projetos e políticas de diferentes entes públicos, especialmente do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, passarão a ser desenvolvidos de forma territorializada? A conclusão principal do evento é a

importância da colaboração e do engajamento de todos os atores envolvidos para promover uma política de desenvolvimento territorial mais efetiva, inclusiva e sustentável, capaz de atender às necessidades e demandas das comunidades rurais em todo o país.

Durante o evento foram abordadas diversas diretrizes e discussões fundamentais para fortalecer a territorialização de políticas públicas federais e promover o desenvolvimento territorial sustentável. As ações estratégicas propostas pelo Governo Federal visam não apenas ampliar a participação social na concepção e implementação de políticas, mas também garantir o controle social e a efetividade dessas ações.

a) Quais ações estratégicas o Governo Federal propõe para fortalecer a territorialização de políticas públicas federais?

Durante os debates, foram discutidas várias ações estratégicas propostas pelo Governo Federal para fortalecer a territorialização de políticas públicas. Entre elas destacam-se:

- Promoção de articulações interministeriais para desenvolver programas e projetos territoriais integrados.
- Estímulo à participação e representatividade de movimentos sociais, sindicais, organizações não governamentais e atores públicos na construção de coalizões políticas.
- Ampliação da capilaridade das políticas territoriais para garantir maior alcance e eficácia das ações em diferentes regiões do país.

b) Quais mecanismos podem ser adotados em cada território para melhorar o monitoramento, capacitação, divulgação e comunicação das políticas públicas federais?

Para melhorar o monitoramento, capacitação, divulgação e comunicação das políticas públicas federais, é necessário adotar uma abordagem participativa e descentralizada. Algumas sugestões discutidas durante o seminário incluem:

Estabelecimento de parcerias interinstitucionais entre órgãos públicos, organizações da sociedade civil e comunidades locais para promover a troca de informações e boas práticas.

- Utilização de ferramentas de comunicação e tecnologias digitais para facilitar o acesso às informações sobre políticas públicas e seus resultados.
- Realização de capacitações e treinamentos específicos para

agentes locais e lideranças comunitárias, visando fortalecer sua capacidade de monitoramento e avaliação das políticas implementadas.

c) Quais programas, projetos e políticas de diferentes entes públicos, especialmente do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, passarão a ser desenvolvidos de forma territorializada?

Para identificar programas, projetos e políticas de diferentes entes públicos que são ou serão desenvolvidos de forma territorializada, é fundamental promover um amplo diálogo e articulação entre os diversos atores envolvidos. Algumas medidas sugeridas incluem:

- Recuperar os diagnósticos e direcionamentos estratégicos dos territórios para subsidiar a realização/atualização de diagnósticos participativos para identificar/reafirmar as demandas e potencialidades de cada território, orientando a elaboração de políticas e programas específicos.
- Criação de instrumentos de gestão compartilhada (Matriz de oferta e demanda, Matriz de indicadores de transição ecológica e desenvolvimento sustentável, entre outros) que permitam a participação ativa das comunidades locais na definição de prioridades e na implementação de ações.
- Estabelecimento de marcos regulatórios e instrumentos de monitoramento e avaliação que garantam a transparência e a prestação de contas na execução das políticas territoriais.

Em suma, o Seminário Nacional de Desenvolvimento Territorial proporcionou um espaço rico de discussão e reflexão sobre os desafios e oportunidades para promover o desenvolvimento sustentável em diferentes regiões do Brasil. As respostas às questões centrais do evento apontam para a necessidade de uma abordagem integrada e participativa, que valorize o conhecimento local e promova a cooperação entre os diversos atores envolvidos no processo de desenvolvimento territorial.

2.3. Desafios apontados

Durante os três dias do Seminário Nacional de Desenvolvimento Territorial, diversos desafios foram identificados para a construção de uma política eficaz de desenvolvimento territorial para o Ministério de Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), envolvendo os principais atores do meio rural brasileiro. A seguir, são destacado os

principais pontos discutidos e os desafios associados:

a) Participação Social e Governança Democrática:

Um dos principais desafios é promover uma efetiva participação social e governança democrática na concepção e implementação das políticas territoriais. Isso implica em garantir a representatividade e voz ativa dos diversos atores do meio rural, incluindo agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais, movimentos sociais e organizações não governamentais.

b) Articulação Intersetorial e Interinstitucional:

Outro desafio relevante é fortalecer a articulação intersetorial e interinstitucional entre os diferentes órgãos governamentais e instituições da sociedade civil. Isso envolve superar fragmentações e promover a integração de políticas e programas voltados para o desenvolvimento territorial, garantindo uma abordagem holística e integrada.

c) Capacitação e Fortalecimento Institucional:

É essencial investir em capacitação e fortalecimento institucional dos atores envolvidos no desenvolvimento territorial, incluindo gestores públicos, lideranças comunitárias e técnicos locais. Isso requer a promoção de processos de formação e qualificação profissional, bem como o apoio à estruturação e funcionamento de instâncias de governança local. Envolve também que os operadores da política públicas compreendam a abordagem territorial e como seus programa e ações podem dialogar com as instancias de governança territorial (Colegiados territoriais, Comitês de Bacia, Conselhos de Unidades de Conservação, entre outras), mas também como os editais para implementação dessas políticas levam em consideração estes espaços, a definição de públicos, bem como sejam alimentados os bancos de dados para que o Estado possa monitorar as ações nos territórios.

d) Gestão de Conflitos e Construção de Consensos:

A gestão de conflitos e a construção de consensos representam desafios significativos para a promoção do desenvolvimento territorial. É necessário adotar abordagens participativas e dialogadas para lidar com divergências de interesses e garantir a construção coletiva de soluções sustentáveis e inclusivas. Esses conflitos não se referem somente entre os atores locais dos territórios, mas conflitos no pacto federativo na implementação das ações em recortes territoriais ainda não reconhecidos pelos pacto federativo.

e) Sustentabilidade Socioambiental e Econômica:

Assegurar a sustentabilidade socioambiental e econômica das iniciativas de desenvolvimento territorial é outro desafio crucial. Isso implica em promover práticas agrícolas e econômicas sustentáveis, conservação dos recursos naturais e valorização da diversidade cultural e dos saberes tradicionais. De forma mais ampla, implica em ter um conjunto de indicadores de desenvolvimento sustentável para que o Estado possa monitorar a forma como as políticas, programas e ações estão chegando e se o impacto está gerando as transformações desejáveis (negociadas).

f) Inclusão e Equidade:

A promoção da inclusão e equidade é um desafio transversal que permeia todas as dimensões do desenvolvimento territorial. Isso envolve combater desigualdades de gênero, étnico-raciais e regionais, garantindo o acesso igualitário a recursos, oportunidades e serviços públicos. Significa que o conjunto das políticas programas e ações governamentais necessitam analisar se as diretrizes e o desenho operacional, consideram esses objetivos e impactam positivamente.

Enfim, a construção de uma política de desenvolvimento territorial para o MDA requer enfrentamento de diversos desafios, desde questões relacionadas à participação social e governança democrática até a promoção da sustentabilidade socioambiental e econômica. Para superar tais desafios, é fundamental adotar uma abordagem integrada, participativa e inclusiva, que valorize os conhecimentos e experiências dos atores do meio rural brasileiro, com indicadores claros e um banco de dados que permita esse monitoramento e avaliação.

2.4. Estratégias sugeridas

Durante os três dias do Seminário Nacional de Desenvolvimento Territorial, foram discutidas diversas estratégias para a construção de uma política de desenvolvimento territorial para o Ministério de Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), envolvendo os principais atores do meio rural brasileiro. A partir da relatoria das mesas, é possível destacar algumas das principais estratégias discutidas:

a) Fortalecimento da Participação Social:

Uma das estratégias-chave é o fortalecimento da participação social, garantindo a representatividade e a inclusão dos diversos atores do meio rural nas tomadas de decisão. Isso envolve a criação e o fortalecimento de espaços de diálogo e articulação, como os colegiados territoriais, bem como outras instâncias conciliares de governança como os Comitês de Bacia, Conselhos de Unidades de Conservação, e outros conselhos adotados em

outros tantos recortes territoriais, nos quais agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais, movimentos sociais e organizações não governamentais possam contribuir ativamente para a definição de políticas e programas. Trata-se de fortalecer os Colegiados Territoriais em múltiplas escalas, estruturando uma rede de instâncias de governança e participação social na gestão territorial. Nesse sentido, a Rede Nacional de Colegiados poderia abrir diálogo com as demais instâncias conciliares que atuam em outros recortes e escalas territoriais.

b) Integração e Articulação Interinstitucional:

Outra estratégia importante é a integração e articulação interinstitucional, visando superar fragmentações e promover a convergência de esforços entre os diferentes órgãos governamentais e instituições da sociedade civil, tendo os territórios como ponto de encontro entre demandas sociais e ofertas públicas. Isso inclui a criação de redes de cooperação e parcerias entre os diversos atores envolvidos no desenvolvimento territorial, facilitando a troca de experiências, a complementaridade de ações e a otimização de recursos. A nível da articulação e integração das ofertas, o território é o ponto de encontro, no entanto, é necessário um esforço de articulação entre políticas estratégias federais e desta com as esferas de governo estaduais e municipais.

c) Promoção do Desenvolvimento Sustentável:

A promoção do desenvolvimento territorial sustentável emerge como uma estratégia fundamental, que busca conciliar o desenvolvimento econômico, social e ambiental nas áreas rurais. Isso implica na adoção de práticas agrícolas e econômicas sustentáveis, na conservação dos recursos naturais, na valorização da diversidade cultural e na promoção da inclusão e equidade, garantindo o acesso igualitário a recursos e oportunidades. A promoção do desenvolvimento já conta com tecnologias capazes de apontar para sustentabilidade do desenvolvimento (rural) nos diferentes biomas, no entanto, não é possível monitorar adequadamente os impactos dos esforços das políticas públicas, pela ausência de indicadores e bancos de dados capazes de organizar adequadamente os dados. Adicionalmente, a necessidade de ampliar a construção de novos conhecimentos (Ciência, Tecnologia e Inovação), considerando a diversidade e heterogeneidade territorial, com base em indicadores de resultado que se buscam alcançar.

d) Incentivo à Inovação e Tecnologia:

A inovação e a tecnologia são elementos essenciais para impulsionar o desenvolvimento territorial. Nesse sentido, estratégias que visem estimular a inovação tecnológica no campo, promover a difusão de boas práticas e conhecimentos técnicos, e fomentar o acesso a tecnologias adequadas às

realidades locais, fomento a pesquisa são fundamentais para aumentar a produtividade, a competitividade e a sustentabilidade das atividades rurais.

e) Capacitação e Qualificação:

Investir em capacitação e qualificação dos atores envolvidos no desenvolvimento territorial é outra estratégia importante. Isso inclui gestores públicos, técnicos, lideranças comunitárias e agricultores familiares, garantindo que possuam os conhecimentos e habilidades necessárias para planejar, implementar e monitorar políticas e programas territoriais de forma eficaz e participativa.

Essas estratégias, articuladas de forma integrada e complementar, têm o potencial de contribuir significativamente para a construção de uma política de desenvolvimento territorial robusta e efetiva para o MDA, promovendo o desenvolvimento sustentável e inclusivo das áreas rurais brasileiras

2.5. Para além do evento, alguns encaminhamentos visualizados

Nesse item, a relatoria busca ampliar contribuições que juntam as contribuições do seminário, mas vai além, incorporando observações de diálogos com participantes, gestores e advindas da própria experiência. Por isso, essas contribuições podem não compor o relatório final do evento, ficando somente como contribuição a reflexão interna da SFDT e ou do MDA.

a) Homologação e caracterização dos 243 territórios:

- Simplificar e dar coerência ao processo de homologação dos 243 territórios, considerando o ambiente político atual e os critérios já delineados nos documentos já elaborados pela SFDT, dando centralidade ao Condraf no processo homologação.
- Estabelecer uma abordagem para agrupar os territórios e tipificá-los, levando em consideração o estágio atual de cada território e o nível de parceria com os estados. A depender do estado, a forma de atuar do MDA e a estratégia de atuação territorialmente pode ser ajustada.
- Priorizar ações nos territórios com base em estudos que mapeiem as diferentes estratégias territoriais adotadas por outros ministérios e as possibilidades de parcerias com os governos estaduais.

- Promover uma articulação mais clara com os movimentos sociais, envolvendo-os nos territórios e garantindo sua participação e apoio às ações de desenvolvimento territorial. Os principais movimentos sociais tem no Condraf, nas suas articulações com o MDA seus espaços de influência sobre o Desenvolvimento Rural, com a retomada da Política Territorial, o MDA e suas Secretarias necessitam criar mecanismos de incentivo para que os mesmos ocupem os espaços nos colegiados;
 - Implementar ações de fortalecimento organizacional e governança nos territórios, em parceria com os estados e as instâncias responsáveis pela governança territorial. O fortalecimento organizacional dos territórios e dos Colegiados é mais dependente dos desenho de como os programas e ações do MDA chegam no território do que de ações de capacitação e organização.
 - Caracterização Geral dos territórios: Localização geográfica; Extensão territorial; População total; Principais municípios e centros urbanos; Eixos dinâmicos do território; Cadeias produtivas principais, Cadeias produtivas com maior potencial de integrar agricultura família (todos os segmentos da AF). Essa caracterização pode ser feita por consultoria, com dados secundários, dados primários por entrevistas qualificadas e ou grupos focais de discussão. Esta caracterização é entregue ao Colegiado que aprimora e aprofunda. Com base nesses dados gerais, o conjunto das políticas podem se referenciar para construir estudos adicionais e definir criterios para implementar suas políticas.
- b) Recuperar nos dados públicos os principais investimentos nos municípios do território e analisar o PPA atual, mapear e georeferenciar os investimentos previstos por município e território:**
- Mapear o conjunto das ações governamentais que atuam com alguma abordagem e recorte territorial e confrontar com os recortes dos territórios de identidade/cidadania, para ofertar para os colegiados homologados;
 - Buscar uma maior integração com outros ministérios e secretarias que tenham ações territoriais, estabelecendo parcerias e estratégias de atuação conjunta a partir dos recortes territoriais adotados por cada instituição.

- Definir diretrizes claras para os editais e Termos de Execução Descentralizada (TEDs), garantindo que incorporem a abordagem territorial de forma eficaz. Incluir mecanismos de incentivo para que os atores sintam a necessidade de participar da organização dos territórios para acessar recursos públicos ou se beneficiar das políticas públicas.
 - Manter um diálogo constante com o comitê dentro do CONDRAF, garantindo que as ações sejam legitimadas e apoiadas por essa instância.
 - Utilizar o CONDRAF como forma de apoio e pressão sobre o Ministério para incorporar determinadas diretrizes e estratégias.
- c) Mapear e georeferenciar todas as ações que atuam com abordagem territorial ou somente um recorte territorial específico, confrontando com os 243 territórios rurais ou outros:**
- Refletir sobre a necessidade de realizar estudos e análises mais aprofundadas como subsídio para o desenvolvimento territorial, visando evitar a reprodução de políticas antigas e promover inovações concretas.
 - Buscar clareza quanto às mudanças e inovações necessárias para uma política territorial eficaz e operacional, garantindo que as ações sejam coerentes e promovam resultados tangíveis nos territórios.
 - Identificação de hipóteses de diálogos entre as abordagens territoriais, recortes, mecanismos e instrumentos de apoio.
- d) Junto aos programas e projetos ministeriais que atuam com abordagem territorial, mapear os que tem instancias de governança como conselhos, comitês e outros para analisar as possibilidades de diálogos estruturando fortalecer ação em redes de instancias de governança territorial e múltiplas escalas:**
- Estabelecer agentes territoriais nos estados para apoiar e fortalecer as ações nos territórios de forma mais efetiva.
 - Refletir sobre a necessidade de realizar estudos e análises mais aprofundadas como subsídio para o desenvolvimento territorial, visando evitar a reprodução de políticas antigas e promover inovações concretas.

- Buscar clareza quanto às mudanças e inovações necessárias para uma política territorial eficaz e operacional, garantindo que as ações sejam coerentes e promovam resultados tangíveis nos territórios.
- e) **Mapear quais estados adotam algum recorte territorial e apontar hipóteses de diálogos entre as abordagens, recortes, mecanismos e instrumentos de apoio:**
- Refletir sobre a necessidade de realizar estudos e análises mais aprofundadas como subsídio para o desenvolvimento territorial, visando evitar a reprodução de políticas antigas e promover inovações concretas.
 - Buscar clareza quanto às mudanças e inovações necessárias para uma política territorial eficaz e operacional, garantindo que as ações sejam coerentes e promovam resultados tangíveis nos territórios.

3. PROGRAMAÇÃO E RESULTADOS

3.1. DIA 24 PERÍODO DA TARDE

Painel 01: Territorialidade e desenvolvimento rural

Beth Cardoso - ASPAD/SE/MDA - Mediação e comentários

Vânia Marques - CONTAG

Moisés Savian (SFDT/MDA)

Beth Cardoso - ASPAD/SE/MDA - Mediação e comentários

Na fala introdutória de Beth, ela destacou a importância da discussão sobre territorialidade e desenvolvimento rural, ressaltando a complexidade e a diversidade das realidades rurais no Brasil. Beth enfatizou a necessidade de uma abordagem holística que considere não apenas a produção agrícola, mas também aspectos como acesso a serviços públicos, infraestrutura e qualidade de vida nas áreas rurais. Além disso, ela destacou a importância da participação das comunidades rurais no processo decisório e na formulação de políticas que atendam às suas necessidades e

demandas. Beth também expressou otimismo em relação ao potencial do seminário para promover o diálogo e a colaboração entre diferentes atores envolvidos no desenvolvimento rural, visando construir soluções sustentáveis e inclusivas para os desafios enfrentados pelas comunidades rurais no Brasil.

SANDRA

Nessa fala, os aspectos centrais da política territorial e o papel da CONTAG no mundo rural brasileiro são abordados de maneira abrangente. A discussão começa com a necessidade de repensar o conceito de ruralidade, destacando a diversidade e complexidade dos territórios brasileiros. São mencionadas as demandas recebidas pela SPAD e o Condraf em relação à política territorial do MDA, evidenciando a importância desse debate para os movimentos sociais e organizações territoriais.

A representante da CONTAG ressalta a relevância desse seminário promovido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e aborda a necessidade de uma nova política territorial adaptada às condições atuais. A partir de uma perspectiva multidimensional, são discutidos quatro pontos centrais relacionados ao desenvolvimento rural brasileiro: o conceito de território, a diversidade e a distribuição populacional no campo, a presença da agricultura familiar e a importância da gestão territorial participativa.

Ao longo da fala, são destacadas questões como a diversidade socioeconômica e cultural dos territórios, a desigualdade de acesso a recursos e a necessidade de políticas públicas mais inclusivas. Além disso, são mencionados os desafios enfrentados pelos colegiados territoriais na gestão de recursos e a importância da participação social para garantir uma abordagem mais democrática e eficaz.

A discussão também aborda o conceito de desenvolvimento e sua relação com o território, questionando a visão tradicional centrada apenas no aspecto econômico. São levantadas críticas em relação à concepção de desenvolvimento como sinônimo de progresso financeiro, enfatizando a importância de considerar aspectos sociais, culturais e ambientais.

- **Acesso à Terra e Regularização Fundiária:** Sandra ressalta a importância do acesso à terra e da regularização fundiária como desafios fundamentais para a implementação da política territorial. A falta de acesso à terra e a ausência de regularização fundiária dificultam o desenvolvimento rural e a efetivação de políticas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar.
- **Participação e Representatividade:** A representatividade e participação efetiva dos agricultores familiares e suas organizações nos processos decisórios são destacadas como desafios importantes. Sandra enfatiza a necessidade de garantir a voz e a participação ativa dos agricultores familiares na definição e implementação das políticas territoriais, a fim de promover um desenvolvimento mais inclusivo e sustentável.
- **Incentivo à Produção Agroecológica e Sustentável:** A promoção da produção agroecológica e sustentável é mencionada como um desafio

relevante. Sandra destaca a importância de políticas que incentivem práticas agrícolas mais sustentáveis, respeitando o meio ambiente e promovendo a saúde dos agricultores e consumidores.

- **Fortalecimento das Organizações e Movimentos Sociais:** Sandra ressalta a importância do fortalecimento das organizações e movimentos sociais ligados à agricultura familiar como um desafio significativo. O apoio e empoderamento dessas organizações são essenciais para ampliar a representatividade dos agricultores familiares e garantir que suas demandas sejam atendidas pelas políticas públicas.
- **Articulação entre os Diferentes Níveis de Governo e Instituições:** A necessidade de uma maior articulação entre os diferentes níveis de governo, instituições públicas e organizações da sociedade civil é mencionada como um desafio importante. Sandra destaca a importância de promover uma cooperação efetiva e sinérgica entre esses atores para garantir a implementação eficaz da política territorial e o desenvolvimento rural sustentável.

Por fim, são apresentadas sugestões para aprimorar a gestão de recursos nos territórios, destacando a necessidade de uma regulamentação mais clara dos colegiados e uma maior participação dos movimentos sociais. A fala encerra reforçando a importância do diálogo entre sociedade civil e governo para o avanço de políticas públicas que atendam às necessidades dos agricultores familiares, considerando a diversidade e os desafios do campo brasileiro.

MOISÉS SAVIAN – SFDT/MDA

A fala de Moisés Savian no Seminário Nacional de Desenvolvimento Territorial buscou apresentar os pontos essenciais para compreender a política de desenvolvimento rural no Brasil. Ele inicia agradecendo a presença de todos e destaca a importância do evento, que foi planejado com antecedência pela equipe da SFDT do MDA. Moisés reconhece a luta e resistência dos presentes, mencionando os momentos políticos vividos no país.

O relato de Moisés sobre sua trajetória pessoal e profissional mostra sua conexão com a realidade rural brasileira, desde sua militância estudantil até sua atuação no Instituto Federal. Ele ressalta o privilégio de contribuir para a construção das políticas públicas do MDA.

Moisés destaca o processo de planejamento do seminário, que envolveu diversos atores e resultou na presença de lideranças importantes de todo o Brasil. Ele enfatiza a heterogeneidade dos territórios e a necessidade de uma abordagem integrada para o desenvolvimento rural.

A discussão sobre território e desenvolvimento territorial destaca a importância das relações de poder e a necessidade de uma visão ampla de desenvolvimento,

considerando as especificidades locais. Moisés ressalta a participação da sociedade civil na concepção e execução das políticas públicas, bem como a necessidade de uma política focada na produção de alimentos saudáveis e na transição agroecológica.

Ele enfatiza a importância da integração e territorialização das políticas públicas, a participação da sociedade civil e a articulação de diferentes atores para o desenvolvimento territorial. Moisés destaca a necessidade de regulamentação e institucionalização das políticas públicas para garantir sua continuidade e efetividade.

Na fala de Moisés Savian, alguns desafios principais para a implantação da política territorial no Brasil podem ser identificados:

1. **Integração e Territorialização das Políticas Públicas:** Moisés destaca a importância de uma abordagem integrada e territorializada das políticas públicas. Isso implica em adequar as políticas às especificidades de cada território, considerando suas características socioeconômicas, culturais e ambientais. O desafio reside em garantir que as políticas sejam adaptadas de maneira eficaz para atender às demandas locais.
2. **Participação da Sociedade Civil:** O envolvimento da sociedade civil na concepção e execução das políticas públicas é fundamental, conforme ressaltado por Moisés. Esse desafio envolve promover uma maior participação dos diferentes atores locais, organizações da sociedade civil, movimentos sociais e comunidades no processo decisório, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e consideradas.
3. **Produção de Alimentos Saudáveis e Transição Agroecológica:** Moisés destaca a necessidade de uma política pública orientada para a produção de alimentos saudáveis e a transição agroecológica. Esse desafio envolve promover práticas agrícolas mais sustentáveis, reduzindo o uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos, e incentivando sistemas de produção que respeitem o meio ambiente e a saúde humana.
4. **Regulamentação e Institucionalização das Políticas Públicas:** Para garantir a continuidade e efetividade das políticas territoriais, Moisés ressalta a importância da regulamentação e institucionalização dessas políticas. Isso implica em estabelecer marcos legais claros, mecanismos de governança eficientes e estruturas institucionais sólidas, que possam garantir a implementação e manutenção das políticas ao longo do tempo, independentemente das mudanças de governo.
5. **Articulação de Diferentes Atores:** O desafio de articular os diversos atores envolvidos na política territorial é destacado por Moisés. Isso envolve não apenas os órgãos governamentais e instituições públicas, mas também organizações da sociedade civil, institutos federais, universidades e o terceiro setor. O desafio é promover uma maior integração e cooperação entre esses atores, buscando alinhar seus interesses e ações em prol do desenvolvimento territorial sustentável.

Ao finalizar sua fala, Moisés reforça o compromisso do MDA com o desenvolvimento rural e a agricultura familiar, destacando a importância do debate e da participação de

todos os envolvidos na construção de políticas públicas mais inclusivas e sustentáveis para o campo brasileiro.

Contribuições dos participantes

➤ Expectativas dos participantes sobre a política territorial:

Os participantes expressaram diversas expectativas em relação à política territorial. Eles destacaram a importância de uma abordagem inclusiva que leve em consideração as especificidades de cada região rural. Houve ênfase na necessidade de políticas que promovam a inclusão social e econômica das comunidades rurais, garantindo acesso a recursos e oportunidades para todos os agricultores, especialmente os pequenos produtores. Além disso, os participantes ressaltaram a importância de uma abordagem integrada que considere não apenas a produção agrícola, mas também aspectos como educação, saúde e infraestrutura, visando ao desenvolvimento equilibrado das regiões rurais.

➤ Comentários sobre as falas da mesa:

Os membros da mesa reconheceram a importância das intervenções dos participantes e concordaram com muitos dos pontos levantados. Eles enfatizaram a necessidade de uma abordagem participativa e integrada na formulação da política territorial, que envolva todos os atores relevantes, desde os agricultores até os representantes do governo e da sociedade civil. Além disso, os membros da mesa destacaram a importância da participação das comunidades rurais no processo decisório, visando a uma governança mais democrática e transparente.

➤ Sugestões para a política territorial:

Diversas sugestões foram apresentadas para aprimorar a política territorial. Entre elas, destacam-se o fortalecimento das organizações locais, como associações de agricultores e cooperativas, para garantir uma representação efetiva das comunidades rurais no processo decisório. Além disso, foi recomendada a promoção de políticas que incentivem a integração entre diferentes setores da economia rural, bem como a diversificação das atividades produtivas, visando aumentar a resiliência das comunidades rurais frente a desafios econômicos e ambientais. Outras sugestões incluíram o desenvolvimento de programas de educação e capacitação voltados para os agricultores, visando melhorar suas habilidades e conhecimentos técnicos, e a garantia de acesso equitativo a recursos, como crédito, assistência técnica e infraestrutura, especialmente para os pequenos produtores rurais, contribuindo para reduzir as desigualdades no campo e promover o desenvolvimento rural inclusivo.

MESA 2

Painel 02: “Participação social, diversidade, educação popular e integração de políticas públicas”

Josenilda da Cruz Ferreira - CONTRAF - Mediação e comentários

Renato Simões - Secretaria Nacional de Participação Social (SNPS/SGPR)

Humberto de Oliveira - Consultor do IICA

JOSENILDA DA CRUZ FERREIRA

Josenilda da Cruz Ferreira, representante da CONTRAF, assume a mediação e comentários, enquanto Humberto Oliveira, consultor do IICA, também participa. Renato Simões, da Secretaria Nacional de Participação Social, está a caminho.

Josenilda informa que a mesa terá uma restrição de tempo, se apresenta como uma agricultora familiar do Paraná, representando a CONTRAF. Ela destaca a importância da participação de todos para tornar a discussão produtiva, dada a limitação de tempo. Enfatiza a importância da mesa para o seminário, ressaltando a relevância dos temas abordados para o desenvolvimento territorial. Ela convida Humberto a compartilhar suas palavras enquanto aguardam a chegada de Renato Simões.

HUMBERTO DE OLIVEIRA

A fala de Humberto foi uma reflexão profunda sobre o desenvolvimento territorial no Brasil, destacando sua experiência e envolvimento com a política pública ao longo dos anos. Ele expressou gratidão pelo convite ao seminário, enfatizando que este evento representa um reencontro com colegas e uma oportunidade de renovar o compromisso com o desenvolvimento inclusivo.

Humberto começou lembrando a trajetória da política de desenvolvimento territorial, que teve origem no governo do presidente Lula e foi construída com base na participação e diversidade das comunidades rurais. Ele ressaltou que essa iniciativa foi resultado de esforços coletivos, incluindo agricultores, movimentos sociais, acadêmicos e organizações sindicais, que ousaram pensar em uma abordagem diferenciada para o desenvolvimento do país.

O consultor do IICA destacou que o enfoque territorial ganhou reconhecimento nacional e internacional, sendo adotado por diversos setores do governo. Ele mencionou sua experiência na Colômbia, onde viu a replicação do programa brasileiro como um exemplo inspirador.

No entanto, Humberto também foi autocrítico, reconhecendo que a ambição inicial de integrar 22 ministérios no programa Territórios da Cidadania foi excessiva e que houve desafios na implementação. Ele questionou quais políticas públicas realmente

deveriam ser integradas ao desenvolvimento territorial e alertou para a importância de definir objetivos claros e alcançáveis.

Além disso, Humberto enfatizou a necessidade de considerar o território como uma unidade de planejamento e não apenas como uma plataforma para a implementação de políticas. Ele defendeu o protagonismo dos atores locais e o envolvimento dos consumidores, argumentando que os colegiados territoriais devem representar a diversidade e incluir diferentes setores da sociedade.

Na fala de Humberto, alguns desafios principais podem ser identificados, especialmente considerando a conjuntura política brasileira atual:

1. **Integração de políticas públicas:** Humberto destaca a necessidade de integrar políticas públicas para o desenvolvimento territorial. No entanto, esse processo enfrenta desafios, especialmente em um contexto político fragmentado, onde diferentes setores do governo podem ter prioridades conflitantes.
2. **Participação social efetiva:** Ele ressalta a importância da participação social ativa no planejamento e implementação de políticas territoriais. Contudo, a polarização política e a falta de consenso podem dificultar a construção de diálogos construtivos e a participação ampla da sociedade civil.
3. **Reconhecimento da diversidade:** Humberto enfatiza a necessidade de reconhecer a diversidade de territórios e de atores envolvidos. Isso inclui não apenas diferentes realidades regionais, mas também a diversidade étnica, cultural e socioeconômica do Brasil. Em um contexto político marcado por tensões e desigualdades, garantir a representatividade e a inclusão de todas as vozes pode ser um desafio significativo.
4. **Garantia de recursos e continuidade:** O orçamento adequado e a continuidade das políticas de desenvolvimento territorial são fundamentais para o sucesso dessas iniciativas. No entanto, em um cenário de instabilidade política e financeira, a manutenção do apoio político e dos recursos necessários pode ser incerta.
5. **Articulação entre os níveis de governo:** A coordenação entre os diferentes níveis de governo (federal, estadual e municipal) é essencial para o desenvolvimento territorial. No entanto, disputas políticas e falta de alinhamento entre os diferentes entes federativos podem dificultar a implementação eficaz de políticas integradas.

Por fim, ele instigou os participantes a repensarem os colegiados territoriais, sugerindo uma abordagem mais ampla que inclua não apenas a agricultura familiar, mas também os consumidores urbanos e os movimentos sociais das cidades. Ele enfatizou a importância de recursos financeiros e uma agenda clara para garantir a eficácia desses colegiados.

Em resumo, a fala de Humberto foi uma análise profunda e provocativa sobre o desenvolvimento territorial no Brasil, destacando os sucessos, desafios e perspectivas para o futuro. Ele concluiu expressando sua esperança de que, juntos, possamos

encontrar soluções para promover um desenvolvimento mais inclusivo e sustentável no país.

RENATO SIMÕES

Na sua intervenção, Renato Simões abordou de forma abrangente a relevância da participação social, diversidade, educação popular e integração de políticas públicas no contexto do desenvolvimento territorial. Ele começou destacando a importância histórica e atual da participação social como um pilar fundamental da democracia, enfatizando que a construção de políticas públicas eficazes requer o envolvimento ativo dos cidadãos. Renato ressaltou que a diversidade étnica, cultural, de gênero e social deve ser valorizada e incluída nos processos de tomada de decisão, garantindo a representatividade e o respeito pela pluralidade de vozes e experiências.

Além disso, Renato discutiu a relevância da educação popular como uma ferramenta essencial para capacitar as comunidades a participarem ativamente da vida política e social, promovendo a conscientização, o diálogo e a organização coletiva. Ele enfatizou que a educação popular não se limita ao ensino formal, mas engloba uma variedade de práticas pedagógicas que visam promover a reflexão crítica e a ação transformadora nas comunidades.

No que diz respeito à integração de políticas públicas, Renato destacou a importância de uma abordagem multidisciplinar e colaborativa para enfrentar os desafios complexos enfrentados pelas comunidades rurais. Ele argumentou que as políticas públicas devem ser elaboradas de forma integrada, considerando as interconexões entre diferentes áreas, como agricultura, saúde, educação, meio ambiente e infraestrutura. Renato também enfatizou a necessidade de uma maior coordenação entre os diversos níveis de governo e a sociedade civil para garantir a eficácia e o impacto positivo das políticas territoriais.

Além disso, Renato abordou a importância da descentralização do poder e da promoção de uma governança democrática e participativa nos territórios rurais. Ele argumentou que as comunidades locais devem ser capacitadas a tomar suas próprias decisões e a desenvolver suas próprias soluções para os problemas que enfrentam, em vez de dependerem exclusivamente das políticas e recursos do governo central. Renato destacou a necessidade de fortalecer as instituições locais e de promover o empoderamento das lideranças comunitárias, garantindo que todas as vozes sejam ouvidas e respeitadas no processo de desenvolvimento territorial.

Além disso, Renato discutiu a importância de uma abordagem holística e sustentável para o desenvolvimento territorial, que leve em consideração não apenas os aspectos econômicos, mas também os sociais, culturais e ambientais. Ele argumentou que o desenvolvimento deve ser orientado para o bem-estar das comunidades e para a proteção dos recursos naturais, garantindo a equidade, a justiça social e a preservação do meio ambiente.

Em relação às políticas públicas específicas, Renato destacou a importância de investimentos em infraestrutura básica, como estradas, energia, água e saneamento, para melhorar a qualidade de vida das comunidades rurais e promover o desenvolvimento econômico e social. Ele também enfatizou a necessidade de políticas de apoio à agricultura familiar e à agroecologia, que promovam a produção de alimentos saudáveis, a conservação da biodiversidade e a sustentabilidade ambiental.

Renato também abordou a importância da promoção da igualdade de gênero e do empoderamento das mulheres rurais como parte integrante do desenvolvimento territorial. Ele destacou a contribuição significativa das mulheres para a produção de alimentos, a conservação dos recursos naturais e o bem-estar das famílias rurais, e defendeu a implementação de políticas e programas que promovam a igualdade de oportunidades e o acesso aos recursos para as mulheres do campo.

Em suma, a fala de Renato Simões na mesa 2 destacou a importância da participação social, diversidade, educação popular e integração de políticas públicas para o desenvolvimento territorial sustentável. Ele enfatizou a necessidade de uma abordagem inclusiva, participativa e integrada para enfrentar os desafios enfrentados pelas comunidades rurais, promovendo a justiça social, a equidade e a sustentabilidade em todas as dimensões do desenvolvimento.

Em relação especificamente a forma de atuar da Secretaria de Participação Social nos territórios - Secretaria de Participação Social atua como um elo crucial entre o governo e as comunidades, promovendo a integração e a colaboração entre diferentes atores no processo de desenvolvimento territorial. Sua abordagem é pautada na promoção da democracia participativa, garantindo que as vozes das comunidades sejam ouvidas e respeitadas na formulação e implementação de políticas públicas. A secretaria facilita a organização e mobilização das comunidades, promovendo espaços de diálogo e deliberação que permitem a co-criação de soluções para os desafios enfrentados pelos territórios. Além disso, ela desempenha um papel fundamental na articulação entre diferentes níveis de governo e na coordenação de esforços entre os diversos atores envolvidos no desenvolvimento territorial, garantindo uma abordagem integrada e holística para enfrentar os problemas complexos enfrentados pelas comunidades

Renato Simões destacou a importância dos colegiados territoriais como espaços de participação e deliberação, garantindo que esses colegiados sejam representativos e inclusivos. Ele enfatizou a necessidade de promover uma cultura de participação e transparência, ouvindo as vozes das comunidades na elaboração de políticas e programas. Além disso, ressaltou a importância de investir em formação e capacitação para fortalecer a capacidade das comunidades de participar nos processos de desenvolvimento territorial. Renato mencionou a necessidade de uma articulação interinstitucional para promover uma abordagem integrada e coordenada para o desenvolvimento territorial. No entanto, não foram explicitados programas ou recursos específicos a serem implementados nos territórios.

Considerações finais da mesa 2

A fala de Humberto enfatizou a importância de compreender e respeitar a dinâmica do evento, solicitando a compreensão dos participantes devido à necessidade de liberar espaço para a abertura oficial do seminário. Ele expressou a gratidão pela participação na mesa e sugeriu que as discussões continuassem em outros momentos, ressaltando que as contribuições foram anotadas para futuros debates. Humberto também informou sobre a continuidade do seminário nos próximos dias e a presença do secretário adjunto para detalhar os temas discutidos.

Renato iniciou suas considerações finais reiterando a importância do seminário e a continuidade das discussões, destacando que o programa discutido seria implementado com a participação dos presentes. Ele mencionou a necessidade de regulamentações e decretos, envolvendo os colegiados territoriais e movimentos sociais. Renato anunciou a implantação do programa em todos os estados até o final do ano, visando ampliar o orçamento para o próximo ano. Ele reconheceu os desafios enfrentados pelo governo e expressou confiança no trabalho dos participantes.

Por fim, Humberto encerrou a mesa agradecendo a participação e expressando confiança nas pessoas presentes para avançar com os temas discutidos. Ele destacou a importância da mobilização nos territórios e sugeriu uma integração interna do MDA para atender às demandas dos movimentos sociais. Humberto enfatizou a necessidade de cooperação entre os ministérios e a relevância da educação popular, fazendo menção a uma frase de Paulo Freire - "ninguém educa ninguém, mas, sim, as pessoas se educam entre si, mediatizadas pelo mundo", ressaltando a importância do aprendizado coletivo e solidário.

3.2. DIA 24 PERÍODO DA NOITE

Abertura oficial do evento

Os convidados a compor a mesa de abertura foram:

1. Ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar Paulo Teixeira
2. Ministro Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República Márcio Macedo
3. Secretário de Governança Fundiária Desenvolvimento Territorial e Socioambiental Moisés Savian
4. Diretora da Fundação Oswaldo Cruz em Brasília Fabiana Damázio
5. Secretária Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial do Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional Adriana Melo Alves
6. Representante da Rede Nacional de Colegiados Territoriais Biramar Bispo de Souza
7. Secretário de Estado de Desenvolvimento Rural da Bahia Osni Cardoso
8. Representante da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural Anater Lorana Santana
9. Presidente da CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Aristides Veras dos Santos
10. Representante da UNICAFES - União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária Fabiana Barros

11. Representante do Movimento OPA
12. Representante do Movimento dos Trabalhadores Sila
13. Representante da CONTRAF Brasil - Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar Josenilda Ferreira
14. Secretário de Abastecimento Cooperativismo e Soberania Alimentar Milton Fornazier
15. Secretário de Territórios e Sistemas Produtivos Quilombolas e Tradicionais Edmil Cerqueira
16. Secretaria de Agricultura Familiar e Agroecologia José Henrique da Silva
17. Subsecretária de Mulheres Rurais Maria da Conceição Dantas
18. Deputado Federal Bongazo de Participação Social
19. Secretário de Participação Social Renato Simões

MOISÉS SAVIAN (Secretário de Governança Fundiária Desenvolvimento Territorial e Socioambiental):

Agradeceu a presença dos ministros e destacou a importância do seminário, ressaltando o trabalho prévio realizado para sua realização, incluindo 25 seminários estaduais. Reconheceu a resistência dos territórios nos últimos anos e agradeceu à equipe que preparou o evento.

FABIANA DAMÁZIO (Diretora da Fundação Oswaldo Cruz em Brasília):

Reiterou o compromisso da Fiocruz com o desenvolvimento territorial sustentável e saudável. Enfatizou a importância da integração entre diversos atores e a necessidade de políticas interministeriais e intersetoriais para promover o desenvolvimento agrário.

BIRAMAR BISPO DE SOUZA (Representante da Rede Nacional de Colegiados Territoriais):

Reconheceu a resistência e a importância dos colegiados territoriais, destacando a necessidade de revalidar a homologação desses colegiados e de expandir a abordagem territorial para todos os municípios brasileiros. Enfatizou a importância da ampliação da participação social, a execução eficiente das políticas públicas e o combate à fome com base na agroecologia e sustentabilidade.

OSNI CARDOSO (Representante do Estado da Bahia):

Destacou a importância da política de território na Bahia, reconhecendo a resistência dos movimentos sociais e o papel fundamental da abordagem territorial na definição de candidaturas políticas. Enfatizou as políticas públicas implementadas com base territorial, como as Policlínicas e os Núcleos Territoriais de Educação.

Expressou orgulho pelo trabalho desenvolvido na Bahia em relação à política de território, ressaltando o compromisso do governador Jerônimo Rodrigues com a

continuidade e fortalecimento dessas políticas. Destacou a importância de políticas públicas descentralizadas e participativas.

DEPUTADO FEDERAL BONG GÁS:

Enfatizou a necessidade de territorializar o Brasil, destacando três aspectos fundamentais: identidade regional, planejamento com orçamento participativo e gestão participativa. Destacou a importância da interdisciplinaridade na elaboração de planos territoriais e ressaltou que a paz, a qualidade alimentar e o respeito ao meio ambiente só serão alcançados com democracia.

Assinatura do protocolo mda e sg

Passamos nesse momento a assinatura do protocolo de intenções entre o ministério do Desenvolvimento Agrário e a Secretaria Geral da presidência da república convidamos para se posicionarem aqui neste púlpito eh os senhores ministros Paulo Teixeira e Márcio Macedo este documento é o protocolo de intenções que entre si celebram a secretaria de Desenvolvimento Agrário da agricultura Familiar para promover a participação social com educação popular na estratégia Nacional de desenvolvimento territorial sustentável [Aplausos]

Fala da SG - Ministro Márcio Macedo

O Ministro Márcio Macedo iniciou sua fala cumprimentando os presentes, destacando a importância e diversidade dos participantes do evento. Expressou sua satisfação em estar ali, reconhecendo os esforços e contribuições de cada um para a causa dos territórios no Brasil.

Saudou os colegas de mesa, incluindo autoridades governamentais, dirigentes partidários, representantes de movimentos sociais e entidades diversas, demonstrando respeito e reconhecimento por seus trabalhos.

Mencionou a importância histórica dos movimentos sociais na resistência política no Brasil, destacando o papel fundamental desempenhado durante períodos de crise e adversidade. Reconheceu o papel dos movimentos sociais na defesa da democracia e na resistência à ascensão da extrema direita no país.

Apresentou a retomada das políticas públicas sob o governo do presidente Lula, ressaltando a importância da participação popular e social nesse processo. Destacou o PPA participativo como exemplo de planejamento inclusivo, onde milhões de brasileiros participaram ativamente na construção do futuro do país.

Alertou para os desafios enfrentados pelo governo e pelos movimentos progressistas diante do avanço da extrema direita, destacando a importância da mobilização política

em defesa da democracia e dos valores civilizatórios. Enfatizou a necessidade de uma atuação conjunta entre governo, movimentos sociais, partidos políticos e sociedade civil na defesa dos princípios democráticos e da justiça social.

Por fim, encerrou sua fala expressando sua esperança de que o seminário resultasse em propostas concretas para fortalecer a política de territórios no Brasil, reiterando seu compromisso com a luta pela democracia e pelo bem-estar do povo brasileiro.

Ao final, pediu licença para se retirar e deixou os presentes na companhia do Ministro Paulo Teixeira.

Fala do MDA - Ministro Paulo Teixeira

Na fala do Ministro Paulo Teixeira, há uma abordagem abrangente que toca em diversas questões socioeconômicas, ambientais, culturais e políticas. Ele inicia destacando a relevância da participação popular e da pressão sobre o Estado como ferramentas fundamentais para provocar mudanças efetivas na sociedade. Essa ênfase na participação cidadã reflete a visão de que a democracia não se limita à atuação dos poderes executivo e legislativo, mas também engloba a atuação direta e ativa dos cidadãos na condução dos rumos do país.

Teixeira aponta as desigualdades crescentes como um dos principais desafios enfrentados pela sociedade contemporânea, especialmente em um contexto de avanço do capitalismo financeiro. Ele destaca como esse sistema econômico contribui para a concentração de riqueza e poder nas mãos de poucos, exacerbando as disparidades sociais e econômicas. Além disso, o ministro chama atenção para a manipulação das redes sociais como uma ferramenta para disseminar informações distorcidas e promover agendas que vão contra os interesses da maioria da população.

No âmbito ambiental, Teixeira ressalta a urgência de combater os desastres causados pelo modelo de desenvolvimento atual, que tem levado a impactos devastadores no meio ambiente. Ele alerta para a necessidade de ações concretas para reverter danos irreversíveis ao planeta, como o aumento do desmatamento, as mudanças climáticas e a perda de biodiversidade. Nesse sentido, o ministro defende a importância de uma mudança de valores que priorize a sustentabilidade ambiental e a preservação dos recursos naturais para as gerações futuras.

No que tange à agricultura, Teixeira destaca a importância crucial da agricultura familiar e rural como uma das soluções para a fome global e a segurança alimentar. Ele ressalta a soberania alimentar como um princípio fundamental que visa garantir que as comunidades tenham controle sobre sua própria produção de alimentos e acesso a uma dieta saudável e nutritiva. Além disso, o ministro propõe uma transição para uma agricultura regenerativa e agroecológica, que promova a recuperação dos solos, a conservação da água e a biodiversidade, enquanto reduz o uso de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos.

Em relação ao desenvolvimento territorial, Teixeira enfatiza a importância de programas que promovam a descentralização e a participação popular na gestão dos recursos públicos. Ele destaca a necessidade de retomar políticas de orçamento participativo, que permitam às comunidades locais definir suas próprias prioridades de investimento e desenvolvimento. Além disso, o ministro ressalta a importância de programas culturais e esportivos nas áreas rurais como forma de promover a inclusão social e o desenvolvimento humano.

Teixeira também menciona a importância da reforma agrária e da luta contra o trabalho escravo como elementos essenciais para garantir direitos trabalhistas e justiça social no campo. Ele destaca os avanços alcançados durante governos anteriores nesse sentido e a necessidade de continuar esse trabalho para promover uma distribuição mais justa de terra e renda no país.

Por fim, o ministro destaca a "janela histórica" para avanços sociais no Brasil, convocando a união de esforços para aproveitar esse momento e fortalecer a organização popular. Sua fala enfatiza a importância de promover mudanças profundas em direção a uma sociedade mais justa, igualitária e sustentável, destacando o papel crucial da participação cidadã e da mobilização social nesse processo.

Na fala do Ministro Paulo Teixeira, são evidenciados alguns compromissos do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) com a política territorial e os territórios rurais. Ele destaca a importância de retomar a política de desenvolvimento territorial com participação popular, o que implica em envolver as comunidades locais na definição das políticas e estratégias de desenvolvimento. Além disso, Teixeira menciona a realização da conferência de desenvolvimento rural sustentável como um compromisso do MDA, evidenciando a intenção de promover espaços de diálogo e participação para construir políticas mais alinhadas com as demandas das populações rurais.

Outro compromisso destacado é a homologação dos territórios rurais pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural e Sustentável (Condraf). Isso significa reconhecer oficialmente esses territórios e validar suas características, necessidades e potencialidades, o que pode abrir caminho para a implementação de políticas específicas e direcionadas a cada região. Essa medida busca fortalecer a identidade territorial e promover o desenvolvimento local de forma mais efetiva e sustentável.

Por fim, Teixeira menciona a necessidade de criar um "pack da Agricultura Familiar", que consiste em um conjunto de políticas de desenvolvimento rural abrangentes. Esse pack englobaria medidas relacionadas à conectividade, educação, infraestrutura, juventudes e mulheres, visando promover um plano local de desenvolvimento rural que atenda às necessidades e realidades específicas de cada território. Essa abordagem busca integrar diferentes áreas de atuação e promover uma visão holística do desenvolvimento rural, considerando as múltiplas dimensões e desafios enfrentados pelas comunidades rurais.

3.3. DIA 25 – PERÍODO DA MANHÃ

Mesa 1 - A territorialização das políticas públicas da Bahia

Mediação - Maria Eduarda Vasconcelos - Secretária da Juventude do MDA

Marcelo Oliveira Rocha - Companhia de Dto e Ação Regional- CAR/BA

Wilson Dias - Consultor do IICA

MARIA EDUARDA VASCONCELOS

Maria Eduarda Vasconcelos iniciou a mediação, se apresentando como uma jovem de 24 anos, assentada da reforma agrária na Paraíba. Ela destacou sua trajetória vinculada aos colegiados territoriais e ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Territorial, ressaltando sua atuação nas organizações de juventude.

Após as apresentações, estabeleceu as diretrizes da mesa, destacando a importância do tempo para as apresentações dos painelistas, sugerindo um limite de 15 a 20 minutos para cada exposição. Ela reforçou a necessidade de respeitar esse tempo para garantir um debate eficiente.

A mediadora também mencionou a abertura para perguntas e respostas após as apresentações, estabelecendo um acordo prévio sobre o tempo das intervenções dos participantes. Ela enfatizou que o objetivo era garantir um debate produtivo e respeitoso.

Em seguida, Maria Eduarda Vasconcelos passou a palavra para Marcelo Oliveira Rocha, que iniciou sua exposição sobre a territorialização das políticas públicas na Bahia.

MARCELO ROCHA - territorialização das políticas públicas na Bahia:

Marcelo Rocha iniciou sua fala agradecendo a todos e todas presentes, ressaltando a importância do tema e a necessidade de ser breve devido à quantidade de informações a serem abordadas. Ele contextualizou a história da política de desenvolvimento territorial no Brasil, mencionando o papel crucial do Ministério do Desenvolvimento Agrário e o envolvimento de figuras como "Carequinha" e Wilson Dias.

Destacou a importância da organização da sociedade civil na Bahia para a efetivação da política territorial, enfatizando que a emergência dos colegiados territoriais foi um fenômeno histórico significativo e não planejado. Explicou que, ao invés de tratar os territórios apenas como rurais, a Bahia adotou uma abordagem sistêmica, considerando também aspectos urbanos, o que foi um diferencial importante.

Marcelo Rocha detalhou a criação de estruturas de participação e controle social, como o Conselho de Acompanhamento do Plano Plurianual, destacando sua amplitude e importância. Abordou os diálogos territoriais como uma estratégia para prestar contas à sociedade sobre as ações realizadas nos territórios.

A criação do Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial foi ressaltada como uma inovação única no Brasil, destacando sua importância na governança territorial e no ordenamento do estado. Além disso, mencionou a criação dos Agentes de Desenvolvimento Territorial como uma medida importante para coordenar a intervenção das políticas públicas nos territórios.

Outro aspecto abordado foi a criação dos consórcios públicos como complemento à política territorial, visando organizar a governança no nível municipal. Marcelo Rocha também mencionou a importância da revisão dos planos territoriais, a criação de ferramentas de monitoramento e avaliação, e a necessidade de uma coordenação centralizada para a efetivação da política territorial.

Ele ressaltou os desafios enfrentados, como os conflitos entre colegiados e consórcios, e a necessidade de mudança de mentalidade por parte dos gestores municipais. Por fim, destacou a importância do envolvimento direto da governadoria e da casa civil na governança territorial, bem como a necessidade de uma coordenação forte para integrar as políticas públicas no território.

Marcelo encerrou sua fala reforçando a mensagem de que, sem uma coordenação centralizada e o uso efetivo de dados e informações, a territorialização das políticas públicas não ocorre de forma eficaz. Sua exposição foi muito elogiada pelos participantes pela síntese e pela clareza na apresentação dos desafios e conquistas da política territorial na Bahia.

WILSON DIAS

Iniciou sua fala ressaltando a importância de refletir sobre as lições e razões do período de construção da política de desenvolvimento territorial na Bahia. Ele destacou a discussão inicial em 2007 sobre a necessidade de planejamento estadual

na Bahia, onde havia propostas divergentes entre "nossa região" e "territórios". Ele contextualizou esse embate no período em que o governo federal, liderado por Lula, contrastava com o governo estadual na época, liderado por Paulo Souto, ressaltando a implementação inicial da política territorial durante esses anos.

Dias enfatizou que a vitória desse debate foi crucial para definir a abordagem territorial, destacando que a diferença entre "nossa região" e "territórios" era a presença de pessoas e a capacidade de participação. Ele ilustrou como a escala territorial se tornou mais adequada para resolver problemas que ultrapassavam as fronteiras municipais, como cadeias de valor, abastecimento de água e organização de saúde.

Além disso, ele ressaltou a importância do colegiado territorial, destacando-o como conhecedor das instituições locais e condições de execução, essencial para implementar políticas públicas de qualidade. Ele exemplificou isso com projetos como o Bahia Produtiva e o Pró Semiárido, nos quais o envolvimento do colegiado territorial garantiu a eficácia e o controle social das ações.

Dias também abordou a necessidade de investir na abordagem territorial como um custo que compensa, pois leva a uma integração mais eficaz das políticas públicas e, conseqüentemente, a melhores resultados. Ele ressaltou a importância da proatividade e do exemplo dos gestores na integração e articulação das políticas públicas.

Ele mencionou ainda a importância de fornecer os meios para o cumprimento das demandas do território, como guias e normas, e a necessidade de formação permanente nos territórios. Por fim, destacou a criatividade e os talentos locais como recursos essenciais a serem aproveitados no exercício da política pública.

Em síntese, a fala de Wilson Dias ofereceu uma visão abrangente e fundamentada sobre a territorialização das políticas públicas na Bahia, destacando a importância do envolvimento local, da integração e da criatividade para o sucesso dessas iniciativas.

Mesa 2 - Políticas públicas interministeriais com recortes territoriais

- Mediação - Valmor Schiochet - representante da Secretaria Nacional de Participação Social
- Edel Moraes - MMA - Territórios Tradicionais
- Tiago Araújo - MIDR - Política de desenvolvimento Regional e Territorial
- Kelliane Fuscaldi - MDS - Agricultura Urbana e Periurbana Cecília Sá - MinC - Territórios de Cultura
- Edmundo Gallo - FIOCRUZ/MS - Territórios Saudáveis e Sustentáveis

VALMOR SCHIOCHET

iniciou suas palavras destacando a importância de garantir que todos permaneçam no evento até o final, prometendo tocar brevemente na parte noturna. Em seguida, ele expressou gratidão pelo convite e mencionou o programa de participação social com educação popular, uma proposta apresentada pela Secretaria. Ressaltou o desafio de levar essa política de participação social aos territórios e a necessidade de contar com todas as iniciativas territoriais desenvolvidas nos ministérios para isso.

Schiochet enfatizou a presença disseminada da ideia de estratégia territorial na Explanada dos Ministérios, indicando que diversos ministérios trabalham com essa abordagem em suas políticas. Reconheceu o papel central do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) nos territórios rurais, mas apontou que outras políticas territoriais também são relevantes e têm suas próprias identidades e processos.

Ele destacou que a mesa tinha como objetivo apresentar algumas dessas experiências de políticas territoriais com várias abordagens, envolvendo diferentes ministérios. Em seguida, Schiochet apresentou os participantes da mesa e suas respectivas áreas de atuação, como os territórios e povos e comunidades tradicionais, política de desenvolvimento territorial, agricultura urbana e periurbana, cultura e territórios saudáveis e sustentáveis.

Finalmente, ele enfatizou que o objetivo da mesa era trazer para o debate territorial representantes de outros ministérios para discutir o tema a partir das políticas presentes em cada pasta. Isso indicava os desafios e oportunidades de avançar no processo de integração e articulação das diversas políticas territoriais, aproveitando toda a potencialidade política que chega aos territórios de diferentes maneiras.

EDEL MORAES

Edel Moraes, representando o Ministério do Meio Ambiente e responsável pela área de Territórios Tradicionais, começou expressando sua gratidão e reconhecimento aos colegas presentes, destacando o papel simbólico de resistência que o seminário representa. Ele enfatizou a importância do evento para retomar o exercício de pensar políticas de forma territorial, visando superar os desafios impostos pelo vasto território brasileiro e sua diversidade de biomas.

Moraes destacou a necessidade de pensar de forma territorial para errar menos e avançar de maneira integrada e articulada, permitindo uma avaliação mais eficaz das políticas públicas. Ele apresentou a estrutura da Secretaria Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável, ressaltando a diversidade e complexidade dos povos e comunidades tradicionais presentes no Brasil, assim como a importância de reconhecer e mapear essas populações.

Em seguida, Moraes abordou o Programa Bolsa Verde, destacando sua relevância como uma política de pagamento por serviços ambientais que busca promover a conservação ambiental e melhorar as condições de vida das populações que vivem da conservação dos recursos naturais no meio rural. Ele explicou os critérios de elegibilidade e os princípios norteadores do programa, além de enfatizar a necessidade de articulação com outras políticas públicas para garantir sua eficácia.

Moraes também mencionou os desafios enfrentados na atualização do programa, incluindo questões de conectividade e acesso à energia, e destacou os avanços já alcançados na ampliação do número de beneficiários e na articulação com estados e municípios.

Em seu encerramento, ele reforçou a importância do seminário para nivelar informações e promover a articulação entre os diferentes atores envolvidos na implementação de políticas territoriais.

TIAGO ARAÚJO

Tiago Araújo, Coordenador Geral do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, agradeceu o convite para participar da discussão sobre as Rotas de Integração Nacional. Ele destacou a importância dessas rotas, que estão dentro da Secretaria Nacional de Desenvolvimento Regional e Territorial. Tiago mencionou que o Ministério trabalha em seis pontos principais, incluindo planejamento e desenvolvimento regional, ordenamento do território, infraestrutura produtiva e desenvolvimento de cadeias produtivas.

Ele enfatizou a necessidade de inovação tecnológica e coordenação de arranjos produtivos para promover o desenvolvimento. Tiago mencionou duas políticas principais em andamento: a Política Nacional de Desenvolvimento Regional e a Política Nacional de Ordenamento do Território. Ele convidou os presentes para o lançamento dessas políticas e destacou a importância da participação pública.

Tiago também celebrou os 10 anos das Rotas de Integração Nacional e mencionou a expansão contínua dessas rotas, inclusive com o envolvimento de novos territórios. Ele detalhou as principais cadeias produtivas nas quais o Ministério está focado, como a do cacau, da fruticultura, do leite, do mel, entre outras. Além disso, destacou a importância da economia circular e da tecnologia da informação e comunicação.

As principais cadeias produtivas mencionadas por Tiago Araújo nas Rotas de Integração Nacional são:

1. Cacau
2. Biodiversidade
3. Açaí
4. Fruticultura
5. Leite
6. Mel

7. Moda
8. Pescado
9. Cordeiro
10. Avicultura caipira
11. Mandioca
12. Economia circular
13. Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)

Essas cadeias produtivas abrangem uma variedade de setores agrícolas e industriais e são fundamentais para impulsionar o desenvolvimento regional e territorial, além de promover a diversificação econômica e a sustentabilidade ambiental.

O coordenador ressaltou a colaboração com instituições de ensino, pesquisa e extensão, assim como a participação ativa da comunidade na identificação de soluções para os desafios locais. Ele compartilhou casos de sucesso das Rotas de Integração Nacional, enfatizando o impacto positivo dessas iniciativas na vida das pessoas e na economia local.

Tiago concluiu sua fala incentivando a união de esforços para transformar o Brasil e destacando os contatos do Ministério para aqueles interessados em colaborar ou obter mais informações.

KELLIANE FUSCALDI

Kelliane Fuscaldi, representante do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), iniciou sua fala agradecendo a oportunidade de compartilhar informações sobre o Programa Nacional de Agricultura Urbana. Destacou a importância crescente desse tema e a relevância do programa, criado em 2018 com o objetivo de estimular a produção agroecológica nas cidades. Ela explicou que o programa se concentra na implantação de hortas escolares, comunitárias e em entidades sociais, além do apoio aos agricultores urbanos por meio de insumos, equipamentos e metodologias.

Em 2023, a Agricultura Urbana passou a ser abordada por outros três ministérios, ampliando sua abrangência e importância. Destacou o Decreto 11700, publicado em setembro do ano anterior, que reconhece a Agricultura Urbana como promotora de agricultura sustentável e acesso à alimentação adequada. Enfatizou a inclusão social e a geração de renda, o desenvolvimento de cidades sustentáveis e resilientes, e a promoção da participação de mulheres, juventude e combate à insegurança alimentar.

Kelliane detalhou as ações do MDS, incluindo projetos como hortas pedagógicas, mapeamento de ações, biblioteca digital e parcerias com instituições como a Embrapa. Ela destacou os esforços para capacitação, produção de materiais educativos e vídeos, e a promoção de intercâmbio de experiências. Além disso, mencionou convênios, termos de fomento e planos de trabalho em 12 estados, totalizando um investimento significativo de recursos.

Ela também mencionou iniciativas futuras, como a publicação de um livro sobre ferramentas de agricultura urbana baseadas em ciência aberta, o desenvolvimento de metodologias e cursos, a criação de um programa de fomento urbano e um projeto de lei modelo para auxiliar estados e municípios. Destacou a demanda por materiais em inglês e uma chamada pública para experiências de agricultura urbana em serviços de saúde e assistência social.

Kelliane ressaltou a integração da Agricultura Urbana com outras políticas e ministérios, incluindo a cultura, e a importância da participação social na construção dessas políticas. Ela enfatizou a formação de gestores federais em agricultura urbana e a promoção de ações descentralizadas nos territórios, visando a inclusão social e o fortalecimento das práticas sustentáveis.

CECÍLIA SÁ

Cecília Sá, representante do Ministério da Cultura, enfatizou a importância das estratégias e políticas culturais do ministério, especialmente no que diz respeito à integração territorial. Ela começou contextualizando o conceito de território segundo Milton Santos, destacando sua dimensão cultural e enfatizando a solidariedade e cooperação entre as comunidades como formas de resistência às ameaças externas.

No âmbito do Ministério da Cultura, são desenvolvidos três programas de territorialização integrados. O primeiro é a Política Nacional Cultura Viva, que reconhece e fomenta ações culturais em territórios específicos, como pontos de cultura e Pontões de Cultura. Em seguida, o Programa Nacional de Comitês de Cultura, que envolve redes de agentes coletivos institucionais para promover mobilização social e formação em direitos culturais. Por fim, o Programa Territórios da Cultura, que visa integrar espaços culturais em regiões periféricas e interiores, buscando reduzir desigualdades e fortalecer a participação social.

Cecília detalhou cada um desses programas, destacando sua importância e alcance. Por exemplo, a Cultura Viva reconhece mais de 3.500 pontos culturais em todo o país, enquanto o Programa de Comitês de Cultura envolve redes de agentes coletivos e territoriais. Além disso, ela descreveu o Programa Territórios da Cultura, que busca fortalecer a presença cultural em áreas periféricas e interiores, reduzindo desigualdades e promovendo a participação social.

Ao final, Cecília enfatizou a importância da participação comunitária na implementação desses programas, destacando a formação de grupos de gestão compartilhada e a integração com outros ministérios. Ela ressaltou que esses esforços visam fortalecer o pertencimento comunitário, ampliar o acesso aos direitos culturais e promover uma cultura de paz integrada.

EDMUNDO GALLO

A fala de Edmundo Gallo da Fiocruz sobre os territórios saudáveis e sustentáveis é bastante abrangente e detalhada. Ele destaca a importância de uma abordagem

integrada para promover equidade social, sustentabilidade ambiental e autonomia individual e coletiva nos territórios. Gallo compartilha a experiência do Observatório de Territórios Sustentáveis da Bocaina, uma parceria entre a Fiocruz e o Fórum de Comunidades Tradicionais.

Ele menciona que a saúde não é apenas uma questão de assistência médica, mas está profundamente ligada à determinação social da saúde, que envolve fatores econômicos, sociais e ambientais. O Observatório trabalha com três grandes eixos: justiça socioambiental, educação diferenciada e economia solidária, em uma abordagem que coloca o território no centro das ações.

Uma parte importante da abordagem é a utilização da cartografia social insurgente para visibilizar e empoderar as comunidades tradicionais, mapeando não apenas suas práticas e recursos naturais, mas também suas identidades e territórios. Isso serve como base para o desenvolvimento de planos estratégicos de desenvolvimento territorializado, que são elaborados de forma participativa pela comunidade.

Além disso, Gallo destaca a cooperação internacional, especialmente com países da América Latina e África, para compartilhar experiências e estratégias de gestão territorial. Ele menciona a criação de uma câmara temática de povos e comunidades tradicionais ligada à agenda 2030, com o objetivo de produzir políticas públicas mais inclusivas e replicáveis.

No geral, a fala de Edmundo Gallo destaca a importância de uma abordagem integrada e participativa para o desenvolvimento sustentável dos territórios, reconhecendo e valorizando o conhecimento e as práticas das comunidades tradicionais.

3.4. DIA 25 – PERÍODO DA TARDE

Mesa 3 - Diálogos sobre a territorialização das Políticas Públicas do MDA

Mediação: Isabela Curado - Fundação Getúlio Vargas

Membros da mesa:

1. Fernanda Machiaveli Secretária Executiva do MDA
2. Patricia de Lucena Mourão Secretarias e Subsecretaria de Mulheres do MDA
3. Edmilton Cerqueira Secretaria de Territórios e Sistemas Produtivos Quilombolas e Tradicionais
4. Secretaria de Abastecimento, Cooperativismo e Soberania Alimentar

*Rede Nacional de Colegiados:

1. Márcia Dornelles, Cabedelo, Zona da Mata Norte, PB e Mazinho Souza, Rio Real, Litoral Norte e Agreste Baiano, BA - NORDESTE

2. Adalberto Guerreiro, AM, e Rita Bem Vindo, Pedra Branca do Amapari, Centro Oeste, AP - NORTE
3. Lucimara Muniz, Campos dos Goitacazes, Norte, RJ - SUDESTE
4. Gilmar Alves, Vila Rica, Norte Araguaia, MT - CENTRO OESTE
5. Silvio Diehl, Guaraciaba, Extro Oeste Catarinense, SC – SUL

Introdução

Após a composição da mesa, a mediadora, Isabela Curado da Fundação Getúlio Vargas, fez uma fala introdutória, na qual destacou sua responsabilidade de conduzir a mesa e sistematizar as discussões para gerar um relatório das demandas e colocações da rede para o MDA. Ela também informou sobre o tempo de fala estipulado para cada representante da rede, sendo 5 minutos para cada um, e incentivou o diálogo entre os participantes. Em seguida, passou a palavra para o primeiro representante da rede, Mazinho.

Fala dos membros da REDE NACIONAL DE COLIGADOS

- **MAZINHO SOUZA**, Rio Real, Litoral Norte e Agreste Baiano, BA - NORDESTE:

Mazinho Souza cumprimentou os presentes e expressou sua satisfação por participar da mesa de discussões. Destacou a importância da retomada dos colegiados territoriais e mencionou a formação descentralizada da rede, baseada na representação regional. Ele ressaltou que os membros da mesa passaram por um processo de legitimação em seus territórios e estados, evidenciando a responsabilidade que carregam. Mazinho abordou as dificuldades enfrentadas nos últimos anos, mas destacou a resistência do Nordeste em relação ao governo e a articulação dos estados através do Consórcio Nordeste. Também discutiu a importância da continuidade dos colegiados territoriais, especialmente em tempos de crise política. Ele concluiu enfatizando a diversidade e a necessidade de um olhar diferenciado para cada região.

- **MÁRCIA DORNELLES**, Cabedelo, Zona da Mata Norte, PB - NORDESTE:

Márcia Dornelles iniciou sua fala destacando a importância da continuidade dos colegiados territoriais, apesar das dificuldades enfrentadas nos últimos anos. Ela mencionou a resistência dos colegiados e a independência da rede, que permitiu sua sobrevivência mesmo após mudanças políticas. Márcia abordou a necessidade de fortalecer a articulação com os conselhos estaduais e o apoio das secretarias de agricultura familiar. Ela também destacou a importância da segurança alimentar e a necessidade de formação para os colegiados territoriais. Márcia concluiu destacando a diversidade de situações enfrentadas pelos colegiados e a importância de uma abordagem diferenciada para cada região.

➤ **ADALBERTO GUERREIRO**, AM - NORTE:

Adalberto Guerreiro abordou as dificuldades enfrentadas pela região Norte, destacando a falta de governança e articulação dos colegiados territoriais. Ele mencionou a descontinuidade de políticas territoriais e a fragilidade dos conselhos estaduais. Adalberto discutiu os desafios específicos enfrentados pelos estados da região Norte, como a distância e a falta de apoio político. Ele destacou a importância da retomada da política territorial na região e a necessidade de reconstruir os processos de articulação. Adalberto concluiu chamando atenção para a resistência dos colegiados e a importância de continuar lutando pela rede.

➤ **RITA BEM VINDO**, Pedra Branca do Amapari, Centro Oeste, AP - NORTE:

Rita Bem Vindo expressou sua preocupação com os desafios enfrentados pelos colegiados territoriais na região Norte. Ela destacou os custos elevados e a falta de apoio político como principais obstáculos. Rita ressaltou a importância de respeitar e reconhecer o esforço dos membros da rede, apesar das dificuldades. Ela enfatizou a necessidade de mais atenção e apoio para que a rede possa continuar sua missão. Rita concluiu reforçando a importância da solidariedade entre os membros da rede e a determinação em superar os obstáculos.

➤ **LUCIMARA MUNIZ**, de Campos dos Goitacazes, RJ,

ressaltou a importância da rede como uma sobrevivente diante das demandas e agonia enfrentadas ao longo dos anos. Ela destacou o papel fundamental da rede em reconstruir e não deixar os colegiados morrerem, especialmente em regiões onde a política pública não chega efetivamente às comunidades, como no Norte Fluminense.

➤ **GILMAR ALVES**, de Vila Rica, MT,

Enfatizou a resistência dos colegiados mesmo diante de um cenário de desestruturação da política de desenvolvimento territorial na região Centro-Oeste. Ele ressaltou a importância de ocupar espaços nos conselhos municipais e estaduais para continuar a luta e garantir que as políticas cheguem às bases, especialmente para enfrentar os desafios enfrentados pela agricultura familiar e a juventude no campo.

➤ **SILVIO DIEHL**, de Guaraciaba, SC,

Trouxe a experiência da região Sul, destacando os desafios enfrentados após o desmonte da política de desenvolvimento territorial. Ele ressaltou a importância da reconstrução dos territórios e da articulação das lideranças e movimentos para garantir o sucesso dessas iniciativas, especialmente no apoio à agricultura familiar, às pequenas agroindústrias e à comercialização de produtos.

Em todas as falas, fica evidente a importância da rede como um espaço de resistência e articulação, fundamental para garantir que as políticas de desenvolvimento territorial

cheguem efetivamente às comunidades e enfrentem os desafios enfrentados pelo campo brasileiro.

Fala sintetizadora a mediadora isabela

Isabela, a mediadora da mesa, fez uma síntese das falas dos representantes da Rede Nacional de Colegiados. Ela destacou que cada região teve impactos diferentes em função de suas possibilidades de articulação. Na região Norte, faltou apoio e articulação, mas ainda assim há um legado da política territorial. A região Sudeste enfrentou desconstrução, mas há uma necessidade de reestruturação. No Centro-Oeste, houve devastação, mas estratégias de participação foram adotadas no nível municipal. Já no Nordeste, houve parcerias com consórcios e busca por recursos com FIDA.

Ela enfatizou a necessidade de retomada e reorganização dos colegiados, com participação ativa e ações em paralelo. Sugere-se a realização de diagnósticos e ações de apoio, considerando as especificidades de cada território. A assessoria, consultoria, capacitação e articulação com lideranças são fundamentais. Destacou-se também a importância de trabalhar a partir dos territórios para implementar políticas públicas de forma eficaz.

Fala dos representantes do MDA

➤ FERNANDA MACHIAVELI, Secretária Executiva do MDA

Iniciou sua fala agradecendo o convite para participar do seminário, destacando sua importância na retomada do processo de construção da política territorial, que havia sido desconstruída por governos anteriores. Ela reconheceu a sobrevivência dessa política nos colegiados e na rede, ressaltando que ultrapassou as limitações do Estado e se tornou um tecido social denso em todo o Brasil.

A força dessa rede foi enfatizada, destacando o compromisso das pessoas envolvidas na luta por territórios cada vez melhores para se viver, com ênfase na agricultura familiar, na saúde, na alimentação saudável e no empoderamento das mulheres e da juventude.

Machiaveli parabenizou o trabalho da equipe do departamento, liderada por Moisés Savian, e mencionou a importância dos superintendentes do MDA estarem presentes, destacando seu papel na ativação da força dos territórios a partir das lideranças estaduais.

Ela refletiu sobre o processo de reconstrução do MDA desde sua gestão anterior, ressaltando os avanços conquistados, mas também os desafios enfrentados, como a demora na implementação de políticas públicas mesmo após sua aprovação legal.

A retomada de programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o aumento do volume de crédito agrícola foram citados como exemplos dos esforços do governo para beneficiar os agricultores familiares. No entanto, ela reconheceu que ainda há muito a ser feito para garantir que essas políticas cheguem efetivamente à ponta.

A importância dos territórios como espaços de articulação e deliberação foi destacada, enfatizando a necessidade de fortalecer as lideranças locais e promover a integração das políticas públicas a partir das necessidades das comunidades.

Machiaveli abordou a necessidade de uma nova estratégia para os territórios rurais, incluindo a homologação dos territórios existentes e a definição de políticas claras e objetivas. Ela mencionou o desafio de conciliar as demandas dos colegiados com as possibilidades de investimento, especialmente considerando o papel das emendas parlamentares.

Por fim, ela concluiu convocando todos os presentes a trabalharem juntos para alcançar os objetivos estabelecidos, destacando a importância da participação ativa de todos os envolvidos na reconstrução das políticas públicas territoriais.

Da fala de Fernanda Machiaveli sobre a atuação do MDA nos territórios, podemos extrair os seguintes pontos-chave:

1. Reconstrução da política territorial: Fernanda reconhece que a política territorial foi desconstruída por governos anteriores, mas destaca os esforços para sua retomada durante sua gestão no MDA.
 2. Sobrevivência nos colegiados e na rede: Ela ressalta que a política territorial sobreviveu nos colegiados e na rede, ultrapassando as limitações do Estado e se tornando um tecido social denso em todo o Brasil.
 3. Ativação da força dos territórios: A partir das lideranças estaduais, os superintendentes do MDA têm o papel de ativar a força dos territórios, promovendo ações que beneficiem as comunidades locais.
 4. Desafios e avanços na implementação de políticas: Fernanda destaca os avanços conquistados na retomada de programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o aumento do crédito agrícola, mas reconhece os desafios enfrentados na implementação efetiva dessas políticas.
 5. Necessidade de nova estratégia: Há uma necessidade de uma nova estratégia para os territórios rurais, incluindo a homologação dos territórios existentes e a definição de políticas claras e objetivas que atendam às necessidades das comunidades locais.
 6. Participação ativa de todos os envolvidos: Fernanda conclama todos os presentes a trabalharem juntos para alcançar os objetivos estabelecidos, destacando a importância da participação ativa de todos os envolvidos na reconstrução das políticas públicas territoriais.
- **CONCEIÇÃO DANTAS, Subsecretária de Mulheres do MDA,**

Expressou seus agradecimentos ao secretário Moisés e aos demais participantes do seminário, destacando a importância da participação da sociedade civil. Ela compartilhou insights sobre o funcionamento da subsecretaria, enfatizando seu papel na articulação e execução de políticas para as mulheres no âmbito do MDA.

Conceição mencionou iniciativas conjuntas realizadas com outras secretarias, como o programa de documentação para trabalhadoras rurais no Nordeste, e o aumento do valor do PRONAF Mulher. Ela ressaltou a importância de programas como a organização produtiva, os quintais produtivos e o programa Cidadania e Bem Viver, destacando o desejo de territorializar essas políticas.

A subsecretária expressou sua preocupação em incluir as mulheres nos processos políticos do MDA, planejando reuniões com Moisés para discutir a integração dessas questões. Ela destacou a importância de adaptar as políticas às novas realidades e desafios enfrentados pelas mulheres rurais, buscando que os programas do governo correspondam aos sonhos e necessidades dessas populações.

Contribuições dos participantes

Expressaram a importância da reconstrução da política territorial e a necessidade de fortalecer os coletivos desestruturados nos territórios, destacando também a dificuldade enfrentada pelos territórios do Norte devido à falta de representatividade política.

Destacaram a importância de encaminhamentos para futuras discussões na próxima reunião do condra e enfatizaram a necessidade de mapear e conectar os conselhos estaduais e municipais para melhor articulação de políticas públicas.

Expressaram a necessidade de escuta por parte do governo e destacaram a importância da participação popular, mencionando também a dificuldade de diálogo com as superintendências estaduais do MDA e a necessidade de fortalecer a estrutura do órgão.

Abordaram a importância de políticas públicas efetivas, como o programa da dignidade menstrual, e a necessidade de garantir acesso e compreensão dessas políticas pela população. Também enfatizaram a necessidade de fortalecer a agricultura familiar e a agroecologia como modelos produtivos.

Destacaram a importância dos territórios como espaços de organização popular e proteção da agricultura camponesa tradicional. Expressaram preocupação com a falta de estrutura e diálogo por parte do MDA e a urgência em acelerar a implementação de políticas que atendam às demandas dos territórios.

Falaram sobre a importância da pesca artesanal e a necessidade de reconhecimento e estruturação dos territórios pelo MDA. Expressaram a importância da participação dos territórios na implementação e fiscalização das políticas públicas.

Abordaram a ameaça aos territórios e a importância de mecanismos de proteção da agricultura camponesa. Destacaram a necessidade de territorialização das políticas e fortalecimento dos territórios como espaços de resistência.

Destacaram a importância da estruturação das superintendências estaduais do MDA e a necessidade de reconhecimento dos territórios na implementação das políticas públicas. Expressaram a busca por reconhecimento e participação efetiva dos territórios na tomada de decisões.

Reconheceram o desafio enfrentado na região Norte, destacando a importância da parceria e cooperação entre os territórios, além da necessidade de ação urgente para fortalecer a política territorial.

Abordaram a questão dos recursos financeiros e a contratação de pessoas de fora dos territórios, ressaltando a importância de investir em estruturas locais para fortalecer os colegiados.

Expressaram confiança na vontade do MDA em retomar e fortalecer as políticas públicas, enfatizando a importância da política de desenvolvimento territorial para promover a justiça e igualdade.

Expressaram indignação pelo tempo limitado de fala, destacando a importância da rede nacional dos colegiados territoriais e pedindo atenção especial para a região Norte, reiterando a necessidade de resgatar políticas públicas iniciadas anteriormente.

Um dos participantes destacou a necessidade de resolver questões como crédito rural e controle de agrotóxicos, enfatizando a importância da capacitação da base e do envolvimento dos governos estaduais nas políticas territoriais.

Falaram sobre a necessidade de uma estrutura mínima para os colegiados territoriais, propondo a integração das políticas públicas dentro da matriz do território da Cidadania.

Destacaram a importância do programa PROIN para as reuniões dos colegiados e propôs a integração das ações dos diferentes órgãos dentro da matriz do território da Cidadania como solução para os desafios enfrentados.

Essas questões refletem uma diversidade de preocupações e demandas dos participantes em relação à atuação do MDA nos territórios, destacando a importância do fortalecimento dos colegiados, da participação popular e da implementação de políticas públicas que atendam às necessidades das comunidades locais.

Fala dos representantes DO MDA

➤ **FERNANDA MACHIAVELLI**

Fernanda Machiavelli destacou a importância da iniciativa e parabenizou a discussão sobre diversos elementos fundamentais da política de territórios. Ela ressaltou a relevância da tecnologia desenvolvida ao longo dos anos, enfatizando a importância das redes e da conectividade. Também mencionou a reestruturação do INCRA e a promoção da politização das políticas públicas nos territórios.

➤ **EDMILTON CERQUEIRA - Secretaria de Territórios e Sistemas Produtivos Quilombolas e Tradicionais:**

Edmilton Cerqueira expressou satisfação em participar do evento e pontuou a importância de resgatar e reforçar as políticas públicas para aqueles que foram deixados para trás. Ele destacou a necessidade de reestruturar políticas públicas e mobilizar emendas parlamentares. Também enfatizou a importância da discussão sobre territórios agroecológicos e a disponibilidade da SEAB para auxiliar nesse processo.

➤ **MARCELO SCOLARI GOSCH - Representante do Secretário Milton José Fornazieri da Secretaria de Abastecimento, Cooperativismo e Soberania Alimentar:**

Marcelo Scolari Gosch ressaltou a importância de identificar políticas mobilizadoras específicas para cada território e de eleger políticas prioritárias. Ele destacou o papel dos articuladores territoriais e apresentou algumas políticas da SEAB, como o programa Copera Mais Brasil, voltadas para cooperativas e agricultura familiar.

➤ **EDMILTON CERQUEIRA - Secretaria de Territórios e Sistemas Produtivos Quilombolas e Tradicionais (segunda intervenção):**

Edmilton Cerqueira mencionou a importância da inclusão da educação do campo, escolar indígena e quilombola no debate. Ele destacou a relevância dos povos e comunidades tradicionais na política de desenvolvimento territorial, traçando um histórico desde a criação da comissão de desenvolvimento sustentável de povos e comunidades tradicionais até os desafios atuais.

➤ **MOISÉS SAVIAN - SFDT:**

Moisés Savian agradeceu a participação de todos no evento e destacou a importância de escutar as diversas vozes presentes. Ele fez um breve resumo dos desafios apontados e das próximas etapas a serem realizadas, enfatizando a importância da participação coletiva e do comprometimento com o sucesso das políticas públicas.

Mesa 4 - A retomada da política de desenvolvimento territorial rural

Mediação: José Renato Ferreira Araújo - MST

Projeto Dom Hélder Câmara III Ana Pupe

Florestas Produtivas - Tarcila Portugal

Programa Nacional de Crédito Fundiário - Shirley Abreu

JOSÉ RENATO FERREIRA ARAÚJO

Renato Araújo, iniciou a mesa destacando a importância de incluir a juventude nas discussões sobre desenvolvimento territorial rural. Ele delineou a sequência das apresentações e ressaltou que cada palestrante teria 10 minutos, com tempo para perguntas ao final.

ANA PUPE - Projeto Dom Hélder Câmara III:

Ana Pupe iniciou sua apresentação contextualizando o desafio atual de iniciar políticas públicas, especialmente dentro da Secretaria, com foco na implementação da estratégia territorial. Ela destacou que o Projeto Dom Hélder Câmara III está na segunda fase, prestes a encerrar, e que a terceira fase será expandida para todo o Nordeste e Minas Gerais. Embora não seja um projeto nacional, Ana ressaltou sua importância como um piloto para a implementação de políticas baseadas na estratégia territorial em nível nacional.

A meta do Projeto Dom Hélder Câmara III é atender 90.000 famílias, com um investimento total de 221 milhões de reais, provenientes de recursos do FIDA, contrapartidas e outras fontes. Ana explicou a metodologia adotada, com ênfase na abordagem territorial, que incluiu critérios como índice de pobreza, insegurança alimentar, risco de impacto climático e concentração de agricultura familiar.

Ana detalhou o processo participativo na construção do projeto, que envolveu mais de 15 reuniões com diversos atores, mais de 50 participações efetivas e contribuições de mais de 60 parceiros entre governo e sociedade civil. A seleção dos territórios foi coordenada pelos escritórios estaduais, com critérios de priorização pré-estabelecidos e registrados em ata.

Os macrocomponentes do projeto incluem a promoção da segurança alimentar e nutricional, fortalecimento de capacidades, inovação e disseminação, além da gestão do projeto. Dentro desses componentes, estão previstas ações como assistência técnica, implementação de sistemas agrofloretais, capacitação de extensionistas, acesso a tecnologias sociais adaptadas ao semiárido, apoio aos centros de formação, realização de eventos territoriais e garantia de recursos para animação dos territórios.

Ana concluiu ressaltando a importância da metodologia adotada, que contempla a lógica da política territorial, com recursos destinados para macrocomponentes específicos e a seleção dos territórios para discussão e implementação das ações. Ela também destacou a realização de um encontro regional no próximo mês para sistematizar o trabalho realizado e validar a indicação dos territórios.

TARCILA PORTUGAL = Programa Florestas Produtivas

Tarcila Portugal iniciou sua apresentação abordando dois projetos desenvolvidos no âmbito da Coordenação Geral de Sócio Biodiversidade do MDA. O primeiro deles é o Programa Nacional de Florestas Produtivas, uma ação prioritária que visa fomentar a restauração produtiva em estabelecimentos rurais da Agricultura Familiar e territórios de povos e comunidades tradicionais, com o objetivo de ampliar a capacidade produtiva de alimentos saudáveis e a biodiversidade. O foco está na implantação de sistemas agroflorestais e pastoris, especialmente em áreas degradadas e assentamentos da Agricultura Familiar.

Ela detalhou o desenho do programa, destacando a implantação de estruturas como casas de sementes, viveiros comunitários e casas da Floresta, além da formação continuada de extensionistas e agentes locais. Tarcila enfatizou o papel central da assistência técnica e da terra como força motriz para promover o processo de restauração produtiva. O programa está em processo de institucionalização e será coordenado em parceria com o MMA, com a expectativa de ser assinado em breve.

O projeto inaugural do programa está focado em 10 territórios rurais do Estado do Pará, com investimento previsto de 10,3 milhões de reais. Esses recursos serão destinados à execução de ações como formação de agentes, implantação de unidades demonstrativas e estruturação de casas de sementes e viveiros comunitários. Tarcila ressaltou a importância da estratégia territorial na implementação do projeto, que contempla diversos territórios e busca articular políticas públicas, crédito, fomento e projetos locais.

Relatório da Apresentação de Tarcila Portugal sobre o Projeto Articula Fito:

Além do Programa Nacional de Florestas Produtivas, Tarcila apresentou o Projeto Articula Fito, desenvolvido em parceria com a Fiocruz desde 2013. Esse projeto visa estruturar cadeias produtivas de plantas medicinais e fitoterápicos, promovendo a inclusão produtiva de agricultores familiares, povos indígenas e comunidades tradicionais em territórios específicos.

Tarcila destacou a abrangência do projeto, que envolve diversos atores, desde agricultores familiares até gestores estaduais e municipais, além da indústria e consumidores finais. A metodologia participativa permitiu o mapeamento de mais de 30.000 beneficiários e 33 cadeias de valor em diferentes biomas do Brasil.

O projeto realizou capacitações, intercâmbios, estabeleceu grupos de governança territorial e contribuiu para o desenvolvimento de arranjos de mercado e

comercialização, como o caso do mapeamento da cadeia de óleos essenciais hidrolatos em Ibiaporã, no Paraná. Tarcila ressaltou a importância de ampliar essas iniciativas para outros biomas nos próximos anos, visando gerar escala, acessar mercados e promover o desenvolvimento sustentável nos territórios.

HERBERT PEREIRA - Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)

O Programa completou 20 anos em novembro do ano passado. Destacou que, em 2003, o presidente Lula assinou o primeiro decreto regulamentador do programa, e 20 anos depois, em junho de 2023, o novo decreto foi assinado, enfatizando a importância da sucessão rural como foco da reestruturação.

O PNCF é um programa de acesso à terra que financia o acesso e toda a infraestrutura produtiva básica, garantindo assistência técnica por 5 anos e acesso a projetos produtivos como o Pronaf. Atualmente, o programa atua em quase 2000 municípios, com ênfase na expansão para a Região Norte.

Ao longo dos anos, o PNCF já assentou 150 famílias, financiou mais de 3 milhões de hectares e investiu mais de 4 bilhões de reais. A carteira ativa do programa atualmente abrange cerca de 45.000 famílias em 25.000 operações de crédito, distribuídas em 21 estados.

Herbert ressaltou que o PNCF teve sua maior contratação nos últimos 8 anos em 2021, com 1659 contratos, superando os números de governos anteriores. O novo decreto trouxe medidas facilitadoras para a sucessão rural, permitindo que herdeiros e netos adquiram propriedades familiares.

Um estudo realizado pelo Ipea mostrou que o PNCF é eficaz na geração de renda, com um aumento significativo na renda dos beneficiários ao longo dos anos. O programa trabalha com duas linhas de financiamento principais, o PNCF Social e o PNCF Mais, além de uma nova linha chamada Terra da Juventude, voltada para jovens de 16 a 30 anos.

Herbert também apresentou o projeto piloto PNCF Territórios, executado no estado da Bahia, que visa apoiar a cadeia produtiva da mandiocultura em dois territórios específicos. Destacou ainda as modificações na abordagem territorial da assistência técnica, visando incluir as dimensões social e ambiental.

Em resumo, Herbert destacou o compromisso do PNCF em contribuir para a sucessão rural e o acesso à terra para trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra, enfatizando o papel fundamental do programa na promoção do desenvolvimento rural sustentável.

Contribuições dos participantes

Foi destacado o anseio de priorizar a fala daqueles que ainda não se inscreveram para que a plenária possa ouvir ao máximo.

Agora, passando às falas dos participantes:

1. Os participantes falaram sobre a importância da política territorial, a mobilização na luta contra agrotóxicos e mineração na região, enfatizando o fortalecimento das EFA's, crédito fundiário, cooperativismo e a geração de renda, principalmente para as mulheres rurais.
2. Foi ressaltada a importância da formação da juventude para o desenvolvimento sustentável do campo, destacando a necessidade de prepará-los em sistemas pedagógicos emancipatórios. Também alertou-se sobre o fechamento das escolas do campo e defendeu-se a permanência dessas instituições.
3. Houve questionamentos sobre os municípios selecionados pelo projeto do crédito fundiário e expressou-se preocupação com a expulsão dos agricultores devido aos projetos de energias renováveis. Destacou-se a necessidade de proteção da agricultura familiar diante da expansão de multinacionais.
4. Expressou-se preocupação com a análise das propostas do crédito fundiário, pedindo que ela seja feita no próprio estado para agilizar o processo. Também foi destacada a importância das políticas públicas para promover a agricultura familiar e o manejo ecológico de pastagens no semiárido.
5. Parabenizou-se o trabalho de resgate das plantas medicinais e enfatizou-se a importância da diversidade para a produção de mel. Pediu-se que se evite a generalização de que os jovens não têm interesse no campo e defendeu-se oportunidades para eles permanecerem na terra.
6. Destacou-se a necessidade de desenvolvimento democrático e popular e pediu-se mais sensibilidade para as questões enfrentadas pelas comunidades rurais, como a falta de água e a destruição das florestas. Defendeu-se uma abordagem mais participativa e inclusiva no planejamento do desenvolvimento.
7. Agradeceu-se o apoio do crédito fundiário em Alagoas e questionou-se sobre ações para preservar a Mata Atlântica e a Caatinga. Alertou-se para a necessidade de uma abordagem mais holística na promoção de agroflorestas.
8. Destacou-se a importância da articulação entre os projetos locais e pediu-se que as entidades de assistência técnica tenham um compromisso histórico com a agroecologia. Apresentou-se o projeto da "Cadeia Solidária das Frutas Nativas" no Rio Grande do Sul e sua capacidade de atrair jovens e mulheres para a agricultura.

Considerações finais da mesa

Agradecemos a participação de todos os presentes nesta mesa, assim como a compreensão diante do aperto de tempo devido ao atraso na programação do dia. Parabenizamos também o diretor Livo pelo excelente seminário e pelo trabalho que está sendo realizado, que está demonstrando resultados positivos.

É importante ressaltar que as falas direcionadas ao Dom Élder foram de extrema relevância. Algumas questões específicas foram levantadas durante as intervenções dos participantes, e gostaria de abordá-las brevemente.

Primeiramente, quanto à seleção dos municípios para o projeto do crédito fundiário, é importante esclarecer que o processo está em andamento, sendo coordenado pelos escritórios estaduais de forma descentralizada. Ainda não temos a lista final de municípios selecionados, mas haverá uma indicação durante o seminário que ocorrerá nos dias 16 e 17 de maio. Os critérios para seleção incluem a necessidade de que pelo menos 50% dos municípios estejam localizados no semiárido, além de indicadores de priorização relacionados ao perfil socioeconômico das regiões.

Também foi mencionado um comentário sobre o manejo ecológico de pastagens, especialmente em locais como Joazeiro, Pernambuco. Estamos cientes dessas iniciativas bem-sucedidas e já estamos em contato para implementar essas metodologias no Dom Élder.

Sobre o programa de florestas produtivas, é importante destacar que ele é nacional e abrange todos os biomas brasileiros. O projeto inaugural se inicia no Pará, mas estamos articulando sua ampliação para outros biomas, incluindo a Mata Atlântica. Estamos em processo de captação de recursos para expandir nossa atuação em nível nacional.

Quanto às cadeias solidárias de plantas medicinais e frutas nativas, reconhecemos seu potencial não apenas em termos de saúde e geração de renda, mas também como uma oportunidade para a inclusão de mulheres e jovens no campo. Estamos em diálogo com diversas instituições para fortalecer essas cadeias produtivas, tanto na Mata Atlântica quanto no Pampa.

Outro ponto importante levantado foi o incentivo ao jovem do campo, especialmente através do acesso a tecnologias e máquinas adaptadas à agricultura familiar. Estamos trabalhando em parceria com diversos órgãos e instituições para ampliar esse acesso e promover a permanência dos jovens e a autonomia das mulheres no campo.

Por fim, foi mencionada a questão dos conflitos decorrentes de projetos de tecnologia, como parques eólicos. É essencial que esses projetos sejam acompanhados de perto para garantir o cumprimento da legislação ambiental e a mitigação de impactos, especialmente em relação ao ruído ambiental. A participação pública e a realização de audiências são fundamentais para garantir a transparência e a inclusão das comunidades afetadas.

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
AGRÁRIO E
AGRICULTURA FAMILIAR



Encerramos esta mesa agradecendo novamente a todos pela participação e disposição. Continuamos à disposição para esclarecer quaisquer dúvidas e colaborar com o progresso das iniciativas discutidas aqui. Parabéns a todos e encerramos esta sessão com palmas para todos os presentes. Obrigado!

3.5. DIA 26 PERÍODO DA MANHÃ

Mesa 1 - Homologação de territórios rurais

Resultados dos seminários territoriais estaduais - Luciana Pedroso/SFDT

Mediação - Samuel Carvalho - CONDRAF

Márcia Dorneles - Rede Nacional de Colegiados Territoriais

Gustavo Meyer /SFDT

A sessão teve início com a homologação dos territórios rurais, apresentando os resultados dos seminários territoriais estaduais, conduzidos por Luciana Pedroso da Secretaria de Governança Fundiária e Desenvolvimento Territorial (SFDT). Samuel Carvalho, representante do CONDRAF, mediu o debate, enquanto a mesa contou com a presença de Márcia Dorneles da Rede Nacional de Colegiados Territoriais e Gustavo Meyer, também da SFDT.

Samuel iniciou a sessão com orientações práticas, enfatizando a importância da atenção dos participantes e da assinatura na lista de presença. Ele conduziu um breve teste de atenção, solicitando respostas dos presentes a algumas frases relacionadas ao tema territorial. Após isso, ele delineou a agenda do dia, que incluía debates, leitura da carta do seminário, encaminhamentos e uma atividade de encerramento.

A discussão foi então iniciada por Samuel, destacando a importância crucial do processo de homologação dos territórios para o desenvolvimento do programa. Ele mencionou a continuidade e resistência dos territórios, mesmo após desafios políticos, e ressaltou a necessidade de retomar o programa de homologação, considerando a perspectiva territorial nas políticas públicas.

Samuel também reconheceu o papel fundamental do CONDRAF nesse processo, desde a sua criação até a reinstalação do Comitê Permanente de Desenvolvimento Territorial, que discutiu a retomada do processo de homologação.

Após a introdução de Samuel, a palavra foi passada para Luciana Pedroso, que apresentou a síntese do debate sobre a retomada do processo de homologação, realizado em conjunto com o CONDRAF.

LUCIANA PEDROSO

Luciana saúda a todos e todas presentes na mesa, expressando gratidão pelo momento e destacando a importância dos seminários estaduais para a realização do seminário nacional. Ela relembra as dificuldades enfrentadas para a realização do evento e agradece especialmente aos superintendentes estaduais do MDA e à rede

nacional de colegiados territoriais. Luciana lê uma memória construída pela equipe da SFDT, destacando o papel de resistência da rede nacional de colegiados territoriais e agradecendo o apoio das equipes envolvidas, além das parcerias com outros Ministérios e entidades públicas. Em seguida, ela apresenta um resumo do que foi realizado ao longo do último ano, incluindo a realização de 25 seminários estaduais, com a participação de cerca de 1700 pessoas, destacando a representatividade de lideranças e a importância da política territorial para promover o compartilhamento de experiências e ampliação da participação social na tomada de decisão territorial.

MÁRCIA DORNELLES

Márcia Dornelles agradece a participação de todos e todas e compartilha um pouco de sua trajetória pessoal, destacando sua origem e a influência de sua mãe em sua vida. Ela agradece ao Ministério de Desenvolvimento Agrário, ressalta a importância do diálogo e do consenso para o avanço das políticas territoriais e agradece a colaboração de diversos colegas, especialmente Olívio e Luciana. Márcia destaca a importância dos territórios homologados e ressalta a diversidade e especificidades regionais, enfatizando a necessidade de trabalhar com essas diversidades. Ela apresenta os critérios e prazos para a confirmação de homologação dos territórios, destacando a importância dos conselhos estaduais e a necessidade de garantir a pluralidade e diversidade nos colegiados territoriais. Márcia encerra sua fala passando a palavra para Gustavo, que irá abordar o processo de homologação em mais detalhes.

GUSTAVO MEYER

Gustavo fez uma explanação detalhada sobre o processo de homologação de territórios. Gustavo, assessor da SFDT e professor universitário, contextualizou a complexidade desse processo após uma série de seminários estaduais.

Ele destacou a necessidade de reconfiguração de territórios, citando casos em que certos territórios se mostravam pouco funcionais e alegações de falta de sentido em sua configuração original. Além disso, observou uma diversidade de situações, como territórios homologados apenas em nível estadual, mas não nacional.

Para lidar com essas questões, foi criado o Comitê de Desenvolvimento Territorial do Condraf, responsável pela homologação e reconfiguração de territórios. Gustavo explicou diferentes situações que esse comitê enfrentaria, incluindo confirmação de homologação, homologação de novos territórios, reconfiguração e priorização de recursos.

Ele detalhou os procedimentos para cada uma dessas situações, destacando a importância dos conselhos estaduais e do Conselho de Desenvolvimento Rural. O processo envolveria a elaboração de documentação justificativa, realização de reuniões colegiadas e encaminhamento de documentos para avaliação e aprovação pelos órgãos competentes.

Gustavo também abordou os critérios de priorização para distribuição de recursos, como densidade populacional, insegurança alimentar, presença de agricultura familiar e comunidades tradicionais, entre outros. Esses critérios visam garantir o apoio a territórios mais vulneráveis e com maior necessidade de desenvolvimento.

Ele concluiu destacando a importância da resolução proposta, que será submetida ao Condraf para aprovação nos próximos 30 dias. A resolução busca estabelecer diretrizes claras e justas para o processo de homologação e distribuição de recursos, visando promover o desenvolvimento territorial de forma equitativa e sustentável.

Contribuição dos participantes

Durante as intervenções dos participantes, diversas questões relevantes foram levantadas, fornecendo contribuições importantes para o debate sobre a homologação dos territórios e destacam a diversidade de desafios e preocupações enfrentados no processo de homologação. Considerar essas perspectivas será fundamental para desenvolver políticas e procedimentos que promovam o desenvolvimento territorial de forma inclusiva e sustentável., sendo possível destacar:

1. Papel do Colegiado na Gestão de Recursos: Foi ressaltado que o papel dos colegiados é essencialmente de discussão e planejamento de políticas territoriais, não de execução ou gestão de recursos. Sugere-se a criação de novos mecanismos, como movimentos específicos, para lidar com a gestão dos recursos de forma mais eficaz.
2. Responsabilidade dos Articuladores Territoriais: Destacou-se a importância dos articuladores territoriais no processo, como agentes-chave na condução das iniciativas nos territórios. Eles têm a responsabilidade de garantir a participação ativa e representativa dos diversos atores locais.
3. Processo de Escuta e Participação da Sociedade Civil: Surgiram questionamentos sobre como seria realizado o processo de escuta das organizações sociais e instituições para contribuir na elaboração das políticas territoriais. A inclusão de todos os atores é vista como fundamental para garantir a legitimidade e eficácia das políticas.
4. Homologação de Todos os Territórios: Houve defesa pela homologação de todos os territórios em questão, destacando o trabalho realizado pelo governo estadual e a importância da representatividade nos colegiados. Isso é visto como um passo crucial para garantir a inclusão e participação de todas as regiões.
5. Cuidados com a Composição dos Conselhos: Preocupações foram expressas em relação à composição dos conselhos, alertando para possíveis interesses políticos que podem influenciar negativamente as políticas territoriais. A necessidade de garantir uma representação equilibrada e imparcial foi enfatizada.
6. Viabilidade da Participação da Sociedade Civil: Foi levantada a questão da viabilidade da participação da sociedade civil, especialmente considerando as limitações de recursos para deslocamento e a possibilidade de manipulação

política. Garantir mecanismos justos e acessíveis de participação é essencial para promover a inclusão e transparência.

7. Necessidade de Consultoria Externa: Sugere-se a contratação de consultores para apoiar as superintendências na elaboração e implementação das políticas territoriais. Esse suporte externo pode ser fundamental, especialmente diante da complexidade e abrangência das questões envolvidas nos processos de homologação e planejamento territorial.

Durante a discussão sobre a homologação dos territórios, houve um consenso sobre a importância de iniciar o processo nos Conselhos Estaduais, visto que são espaços que reúnem representantes do poder público e da sociedade civil para debater e deliberar sobre questões territoriais. Essa abordagem inicial permite uma análise mais próxima da realidade local e uma tomada de decisão mais contextualizada.

No entanto, algumas vozes levantaram críticas em relação a esse procedimento. Alguns participantes argumentaram que os Conselhos Estaduais podem não ser totalmente representativos ou transparentes em suas decisões, podendo ser influenciados por interesses políticos ou econômicos. Essa preocupação se deve ao fato de que a composição desses conselhos nem sempre reflete de forma equitativa os diversos atores e grupos de interesse presentes nos territórios.

Além disso, foi apontado que, em alguns casos, os Conselhos Estaduais podem não ter a capacidade técnica ou os recursos necessários para avaliar adequadamente as demandas e necessidades dos territórios. Isso pode resultar em decisões inadequadas ou desalinhadas com a realidade local, comprometendo a eficácia das políticas territoriais.

Essas críticas levantaram questões importantes sobre a governança e o processo de tomada de decisão no contexto da homologação dos territórios. Os participantes destacaram a necessidade de garantir a transparência, a participação inclusiva e a representatividade adequada em todas as etapas do processo, desde a formulação até a implementação das políticas territoriais.

Considerações finais da mesa

Durante as considerações finais, os membros da mesa trouxeram contribuições importantes para o debate sobre a homologação dos territórios.

A primeira intervenção foi da Márcia, que destacou a existência de 15 colegiados territoriais reconhecidos e homologados. Ela enfatizou a importância de garantir a continuidade desses processos e tranquilizou sobre a resolução das questões pendentes.

Gustavo abordou a questão dos consultores nos estados, explicando que inicialmente estava previsto que todos os estados tivessem consultores para auxiliar no processo

de rearticulação dos territórios. Ele se comprometeu a investigar a situação específica do Mato Grosso do Sul e de outros estados que possam estar enfrentando dificuldades nesse sentido.

Luciana expressou sua gratidão pela participação de todos no seminário e destacou a importância do trabalho conjunto entre a SFDT, o MDA e os diversos atores envolvidos na política territorial. Ela ressaltou que eventos como o seminário nacional são prova do comprometimento e da união de todos em prol da agricultura familiar e dos territórios.

Humberto fez uma sugestão prática, baseada em sua experiência no programa Território da Cidadania, sugerindo que o Codeter envie diretamente as propostas de homologação para o CONDRAF, com cópia para o Conselho Estadual. Ele propôs que o Conselho Estadual dê um parecer consultivo, sem ter poder de reprovação, e que o CONDRAF trabalhe para conciliar eventuais divergências.

Samuel agradeceu a contribuição de Humberto e reiterou o compromisso do CONDRAF em considerar essa sugestão e trabalhar para que o programa de homologação dos territórios seja implementado da melhor forma possível.

Ao encerrar a mesa, Samuel agradeceu a participação de todos e reiterou que os encaminhamentos seriam levados para decisão dentro do CONDRAF. Ele enfatizou a importância da continuidade do diálogo e do trabalho conjunto para o sucesso da política territorial.

MESA 2 - Transferência de recursos públicos federais aos territórios:

Mediação: Patrícia Apolinário - Coordenadora-Geral dos Escritórios

Marina Muniz Bezerra Moraes – Coordenação Geral de Instrumentos de Repasse do MDA

Patrícia Mourão – Subsecretaria de Mulheres do MDA

Regiane Dutra – Coordenadora de Infraestrutura

Joice de Souza – Coordenação de Instrumentos de Repasse

A mesa sobre a transferência de recursos públicos federais aos territórios foi mediada por Patrícia Apolinário, Coordenadora Geral dos Escritórios Estaduais do MDA. Ela iniciou a discussão dando as boas-vindas e expressando sua alegria em compartilhar a pauta tão esperada e dialogada com a SFDT. Destacou a presença dos superintendentes federais e a participação ativa nas discussões territoriais.

A mesa contou com a presença de Marina Muniz Bezerra Moraes, da Coordenação Geral de Instrumentos de Repasse do MDA, Patrícia Mourão da Subsecretaria de Mulheres do MDA, Regiane Dutra, da Coordenação de Infraestrutura, e Joice de Souza, da Coordenação de Instrumentos de Repasse.

PATRÍCIA MOURÃO

Patrícia Mourão, da Subsecretaria de Mulheres do MDA, compartilhou a experiência da subsecretaria na execução do edital de quintais produtivos. Ela destacou a importância de revisar os critérios de priorização dos territórios, enfatizando a necessidade de reconhecer e valorizar o protagonismo das mulheres na gestão dos empreendimentos da agricultura familiar.

Além disso, Patrícia abordou os desafios enfrentados durante a execução do edital, como a necessidade de equacionar o tempo para debate e pagamento, garantir a compreensão das regras do edital e do Mirosc, e conciliar a qualidade técnica das propostas com a capacidade das organizações de acessar e compreender os procedimentos do TransfereGov.

Ela também destacou a importância de ampliar o processo de formação das organizações para acessar recursos e elaborar propostas mais eficazes. Finalizou sua intervenção informando que a subsecretaria está elaborando um novo edital de fortalecimento das organizações produtivas de mulheres rurais, com base nas experiências e críticas recebidas.

A apresentação de Patrícia Mourão foi seguida por Marina Muniz Bezerra Moraes, da Coordenação Geral de Instrumentos de Repasse do MDA, que abordou as regras gerais do edital e as possibilidades oferecidas pelo Mirosc para facilitar a execução das parcerias com organizações da sociedade civil.

Marina destacou a importância do diálogo com as organizações para construir um edital que atenda às suas necessidades e ressaltou as inovações trazidas pelo Mirosc, como a possibilidade de repasse de recursos para organizações parceiras e o apoio a iniciativas que envolvam infraestrutura.

Em resumo, a mesa proporcionou uma reflexão profunda sobre os desafios e oportunidades relacionados à transferência de recursos públicos federais para os territórios, destacando a importância do diálogo, da capacitação e da revisão constante dos processos para garantir uma execução eficaz das políticas públicas.

MARINA MUNIZ BEZERRA

Marina Muniz Bezerra começou sua fala explicando o papel da sua área dentro do Ministério, destacando que estão vinculados à subsecretaria de planejamento, orçamento e administração, atuando como área meio. Ela discutiu os requisitos para pactuação de termos de fomento e termos de colaboração, que são os instrumentos utilizados para transferir recursos para as organizações sociais. Marina mencionou o

Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Miro), detalhando a Lei 13.019/2014 e o Decreto 8.726, que trazem especificações sobre esses instrumentos. Ela também destacou as principais dificuldades de acesso a esses recursos, como a parte formal do processo e as categorias de entidades que conseguem acessar o recurso público por meio do Miro. Marina explicou o processo de apresentação de propostas, seja por meio de editais publicados pelo MDA ou por meio de articulação com parlamentares da região para acessar recursos de emendas.

Ela ressaltou a importância do plano de trabalho na construção do projeto a ser realizado, explicando a necessidade de apresentar metas e atividades coerentes com o objeto da parceria. Marina destacou a importância da prestação de contas, enfatizando que a apresentação deve ser clara e objetiva, comprovando o cumprimento das metas estabelecidas no plano de trabalho. Ela também mencionou a necessidade de compatibilidade de custos e a flexibilidade trazida pela legislação nesse aspecto.

Marina alertou para a necessidade de adequação do estatuto das OSCs, destacando requisitos legais que precisam ser atendidos para a celebração de parcerias. Ela ressaltou que a falta de previsão no estatuto pode impedir a assinatura dos instrumentos. Além disso, Marina mencionou outros problemas que podem impedir a celebração de parcerias, como a inadimplência e a falta de experiência prévia na realização do objeto proposto.

REGIANE DUTRA

Regiane Dutra abordou a elaboração de uma ata de registro de preço pelo Ministério da Agricultura e Agricultura Familiar. Ela explicou que a ata será uma referência para os municípios na aquisição de máquinas e equipamentos adaptados para a agricultura familiar. Regiane destacou a importância dessa iniciativa para atender demandas específicas dos territórios e agilizar o processo de aquisição de equipamentos. Ela explicou que a ata não é uma obrigatoriedade, mas uma opção para os municípios, e ressaltou a necessidade de um estudo técnico preliminar para sua elaboração.

Regiane também mencionou a importância do edital e da mobilização de parlamentares para garantir investimentos nos territórios. Ela destacou que a ata de registro de preço pode ser utilizada como uma ferramenta para sensibilizar os parlamentares sobre as necessidades locais e direcionar recursos para as organizações e movimentos sociais.

Contribuições dos participantes

Após as falas foi aberto espaço para perguntas e manifestações dos participantes, visando aprofundar o diálogo e a compreensão sobre o tema da transferência de recursos públicos federais aos territórios

As principais reflexões e propostas discutidas durante o evento, destacando a importância da participação ativa das comunidades e a necessidade de uma gestão mais eficiente e inclusiva dos recursos públicos federais destinados aos territórios.

Principais Considerações, Sugestões e Encaminhamentos:

1. Gestão e Articulação de Recursos Públicos Federais:
 - Reconhecimento da importância do seminário para discutir a transferência de recursos públicos federais para os territórios.
 - Necessidade de agilizar o debate e garantir tempo adequado para os participantes.
 - Proposta de reorganização do cronograma do evento para otimizar o tempo e garantir discussões mais profundas.
2. Quintais Produtivos:
 - Preocupação com a falta de articulação entre entidades para implementação dos Quintais Produtivos.
 - Sugestão de ampliação da política de Quintais para atender diversos públicos, como assentamentos e reforma agrária.
 - Solicitação de definição mais clara dos critérios de distribuição de recursos por estado, evitando desigualdades como no caso do Espírito Santo.
3. Fiscalização e Gestão de Contratos:
 - Distinção entre o papel de gestor e fiscal dos contratos para evitar problemas de responsabilidade.
 - Necessidade de maior clareza nos processos de execução de contratos e prestação de contas para as organizações.
 - Sugestão de capacitação e disponibilização de modelos de documentos para facilitar o acesso e execução de projetos por parte das organizações.
4. Participação e Capacitação:
 - Apelo por uma nova relação na distribuição de recursos públicos, priorizando organizações populares e comunitárias.
 - Sugestão de capacitação dentro dos territórios para fortalecer as organizações e ampliar o acesso às políticas públicas.
 - Proposta de dividir os participantes em grupos durante eventos para garantir maior participação e representatividade das demandas.
5. Desafios e Sonhos:
 - Reconhecimento dos desafios na execução de programas como os Quintais Produtivos.
 - Sonho de fortalecer as associações locais para implementar projetos como hortas comunitárias e produção orgânica.
 - Apelo por apoio técnico e recursos para concretizar esses sonhos e melhorar a vida dos agricultores.

Considerações finais da mesa

PR PATRÍCIA: Patrícia reforça a importância do aprendizado na prática, destacando que, mesmo com limitações no debate sobre o Mirosc, a subsecretaria de mulheres

rurais está empenhada em executar os recursos do programa Quintais de forma eficaz. Ela enfatiza a necessidade de reestruturação e aprendizado contínuo a partir das críticas recebidas. Além disso, esclarece a diferença entre a chamada de assistência técnica e a de Mirosc, ressaltando a importância de seguir a legislação e ter um gestor adequado para cada instrumento de parceria formalizado pelo MDA.

PATRÍCIA APOLINÁRIO - Mediadora: Agradece a oportunidade de diálogo e reconstrução das políticas após 7 anos, reforçando a importância da transversalidade das políticas públicas. Ela destaca o desafio de ampliar os programas do Ministério do Desenvolvimento Agrário e resolver questões legislativas, capacitando as organizações para facilitar o acesso às políticas públicas.

Regiane: Finaliza abordando a questão do Proinf, esclarecendo que o objetivo do governo federal é priorizar máquinas de pequeno porte para atender os agricultores familiares. Ela destaca a importância de revisar os equipamentos já liberados pelo Proinf e continuar a discussão nos territórios.

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
AGRÁRIO E
AGRICULTURA FAMILIAR



5.

4. ENCAMINHAMENTOS:

Sugestão de consolidar as respostas e encaminhar por e-mail para os superintendentes e participantes para maior clareza e registro das discussões.

Essas considerações e encaminhamentos destacam o comprometimento da mesa em esclarecer dúvidas e encontrar soluções para facilitar o acesso às políticas públicas, garantindo uma abordagem abrangente e transparente.

Leitura da carta final do seminário nacional de desenvolvimento

PAULO CESAR ARNS (PC) – moderador e relator do evento, chamou para a leitura da carta do Seminário organizada pelos participantes e lida pelo representante da Rede Nacional de Colegiados.

A carta traz os conteúdos dos trabalhos até o momento, os resultados deste seminário.

Leitura da Carta (Anexo 1):

MAZINHO da Rede Nacional de Colegiados

Iniciou sua fala destacando a importância da participação ativa dos movimentos sociais no processo de construção coletiva. Ele ressaltou a necessidade de integrar os diversos movimentos dentro dos colegiados, para que possam qualificar sua atuação. Mazinho enfatizou que a carta lida é fruto dessa integração e compreensão da importância da governança compartilhada entre sociedade civil e governo. Ele agradeceu aos representantes territoriais e aos movimentos sociais por contribuírem com suas bandeiras demonstrando a diversidade de temas que geram organização e luta no campo, destacando que a rede valoriza essa diversidade e quer ser espaço e canal de expressão de todas essas demandas.

Em seguida, Mazinho procedeu à leitura da carta, convidando os presentes a acompanharem pelo telão.

Ao final da leitura, a carta foi entregue ao Secretário Moisés e ao Diretor Olivo da Secretaria de Governança Fundiária, Desenvolvimento Territorial e Sociobiodiversidade, reconhecendo o esforço de todos os envolvidos.

Moisés expressou gratidão pela energia e compromisso demonstrados durante o seminário, destacando a importância de movimentar os territórios em conjunto. Ele ressaltou o compromisso da alta gestão do ministério em trabalhar em parceria com a sociedade civil para fortalecer a política de desenvolvimento territorial. Moisés convocou todos a se levantarem para expressar sua energia, finalizando com três

gritos de "Territórios presentes", simbolizando a força e presença dos territórios no processo de desenvolvimento rural sustentável.

5. ENCERRAMENTO

Ao final, o moderador e relator do evento, Paulo Cesar Arns, conduziu a mística de encerramento, reforçando que a energia positiva presente no plenário havia sido ampliada com a leitura da carta. Na sequência, chamou todas as bandeiras que representam as organizações dos povos do campo e rural brasileiro, as quais expressam as formas de organização e luta, para que viessem com elas até o palco para uma grande demonstração de unidade, enquanto era tocada a música *Ordem e Progresso*² que homenageia a luta dos povos do campo (composição de [Zé Pinto](#)) e [Osni Calixto declama sua poesia - CREDO No. 1](#)³.

Esse é o nosso país
Essa é a nossa bandeira
É por amor a essa pátria Brasil
Que a gente segue em fileira

Queremos mais felicidades
No céu deste olhar cor de anil
No verde esperança sem fogo
Bandeira que o povo assumiu
No verde esperança sem fogo
Bandeira que o povo assumiu
Amarelos são os campos floridos
As faces agora rosadas
Se o branco da paz se irradia
Vitória das mãos calejadas
Se o branco da paz se irradia
Vitória das mãos calejadas

Esse é o nosso país...

Queremos que abrace essa terra
Por ela quem sente paixão
Quem põe com carinho a semente
Pra alimentar a nação
Quem põe com carinho a semente
Pra alimentar a nação

² [Ordem E Progresso - Beth Carvalho - LETRAS.MUS.BR](#)

³ [OSNI CALIXTO – Brasil – Poesia dos Brasis – Paraná – Distrito Federal
www.antonimiranda.com.br](#)

A ordem é ninguém passar fome
Progresso é o povo feliz
A Reforma Agrária é a volta
Do agricultor à raiz
A Reforma Agrária é a volta
Do agricultor à raiz

Esse é o nosso país...

Enquanto ao fundo o hino tocava, foi declamado a poesia – Credo N.1.

Creio,
Na força do homem simples
Das mãos calejadas
Que plantam o arroz, o feijão, o milho...

Creio,
Na solidariedade humana
Na unidade dos povos oprimidos
Em defesa da dignidade,
da liberdade e da justiça social

Creio,
Na capacidade de trabalho
Do homem da cidade e do campo
Como creio no fim da miséria,
e da fome

Enfim,
Creio no poder da fé humana
Creio numa sociedade mais justa
Creio num mundo novo, livre

Assim seja, Amém

(Do livro “Canto Livre”, Edição Tão Brasil, 1982.)

6. ANEXOS

Anexo 1 - Lista de Participantes

Od	Nome1	Modalidade	Instituição, Organização ou Movimento Social
1	Sandreildo José dos Santos	Presencial	Movimento Camponês Popular MCP
2	Luciana Chagas Uchôa de Mendonça	Presencial	IICA/MDA
3	Dieter Metzner	Presencial	CPT M T
4	Júlio Cesar Pereira Batista	Presencial	AGESPS
5	Leoma Ferreira	Presencial	Organização
6	Idalgizo José Monequi	Presencial	UNEFAB
7	Saulo Ferreira Reis	Presencial	Comissão Pastoral da Terra
8	Ionara dos santos biscola	Presencial	Sociedade Civil
9	Jéssica Fischer Verly	Presencial	INEESOL - Incubadora de Empreendimentos de Economia Solidária
10	Vera Lucia Rodrigues dos Santos	Presencial	Coordenadoria da Igualdade Racial de Jaraguari
11	FRANCISCO WEBERTON RABELO LIMA	Presencial	CONSULTOR MDA
12	Fabiana Andrade de Freitas	Presencial	Comiter de mulheres do mato grande.
13	Célia Regina Nunes das Neves	Presencial	CONFREM-Brasil
14	Tatiana Geórgia matos torquato	Presencial	MDA piaui
15	CASSIANO GLAUCO FLAUZINO	Presencial	SUPERINTENDENCIA FEDERAL DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DE RORAIMA - SFDA-RR/MDA
16	Fabiana de Fatima Corrêa Barros	Presencial	UNICAFES-MT
17	Mariza Souza Dias	Presencial	Universidade Federal de Jataí
18	Everaldo Andrade da Costa	Presencial	Sindicato dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares de Cuité
19	Zulmira de Jesus Santos Mendonça	Presencial	Movimento social
20	FRANCICARLOS DA SILVA SANTIS	Presencial	Sintraf - Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
21	Francisca Jeane da Silva Venâncio	Presencial	Movimento social
22	ALEXANDRE DA SILVA SANTOS	Presencial	REDE DE COLEGIADOS DE SANTA CATARINA
23	Ana Maria Vendrami	Presencial	CEMEAR
24	Jeane Martins	Presencial	MDA/SFDA-PB
25	Maria das Neves da Silva Souza	Presencial	Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras famílires de Olho d'água das Flores

26	Laércio André Nochang Oscar Alan Gomes dos Santos	Presencial	Superintendência Federal do Desenvolvimento Agrário do Espírito Santo
27	André Luiz Soares de Oliveira	Presencial	Escola de Formação Quilombo dos Palmares
28	Camila Silva de Lima	Presencial	MST-PE
29	Jucilene Almeida Dias dos Santos Sousa	Presencial	MDA PE
30	José Wilson de Sousa Gonçalves	Presencial	Sindicato dos trabalhadores/FETAET/contag
31	Edivandro João Vilhena de Oliveira	Presencial	Cargo comissionado do MDA Ceará
32	ELISANGELA BATISTA VIUDES	Presencial	MDA/AP
33	Ana Luíza Pupe	Presencial	SINTRAPP
34	Ediane Rodrigues	Presencial	MDA
35	Miscelene Maria Gomes Cruz	Presencial	Sindicato rural Movimento de mulheres e Território dos Cocais
36	Arlene Oliveira da Costa	Presencial	MPP movimento de pescadores e pescadoras Artesanal do Brasil
37	Iranilde de Oliveira Silva	Presencial	MST-RJ
38	Washington José de Sousa	Presencial	UFRN
39	Gilberto Coutinho Freire	Presencial	MDA/AL
40	Mário Edson da Silva	Presencial	CONTRAF BRASIL
41	Elvio Aparecido Motta	Presencial	MDA
42	Luciano Marçal da Silveira	Presencial	REDE ATER NE / ASPTA
43	Cleylton Pereira Alves	Presencial	Pastoral da Juventude Rural
44	Eudione Bezerra da Silva	Presencial	RNCT
45	Saguio Moreira Santos	Presencial	Coopervales
46	Luis Carlos Nascimento	Presencial	MAM - Movimento pela Soberania Popular na Mineração
47	Nilson Padilha	Presencial	Rede Estadual de Territórios (Território Paraná Centro)
48	Daniel Moreira Neves	Presencial	Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata
49	Norma Kiyota	Presencial	IDR-Paraná - Grupo Gestor do Território Sudoeste do Paraná
50	Neirivane Santos do Nascimento	Presencial	MST
51	Raimundo Carlos Moraes Farias	Presencial	IICA
52	Marlon Bruzaca Monroe	Presencial	Consultor/MDA/IICA Superintendencia-MA
53	Eveline Nogueira e Alencar Kos	Remoto	CEDR/SDA Ceará
54	Jefferson Bernardino	Presencial	SFDT/MDA
55	Henrique	Presencial	Movimento Social
56	Heloisa Helena Fonseca do Nascimento	Presencial	Subsecretaria de Mulheres Rurais/MDA
57			

58	JORGE SILVA	Remoto	DDR-AP/SFA-AP/MAPA
59	Dayvid de Sousa Miranda	Presencial	MDA
60	Anaildo Porfírio da Silva	Remoto	FETRAF DFE
61	Marcos Antônio Couto Silva	Presencial	Rede Nacional dos colegiados territoriais
62	Isabela Baleeiro Curado	Presencial	FGV-EAESP
63	Lucimar de Lourdes gonçalves Martins	Remoto	CONTRAF BRASIL
64	Marcos Roberto Pires Gregolin	Presencial	Agência de desenvolvimento regional do extremo oeste do Paraná
65	Ângela Conceição Lopes de Jesus	Presencial	FETAGRI
66	REGINALDO ALVES DE SOUZA	Presencial	Câmara Temática da Agricultura Familiar do Consórcio NE (CTAF/CNE)
67	Marco Antonio de Oliveira Georges	Remoto	SFDA-MS/SUPEN/SE/MDA
68	Meiriane Oliveira de Moraes	Remoto	Particular
69	RAIMUNDO VICENTE DA SILVA JUNIOR	Presencial	FETRAECE - FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DO ESTADO DO CEARÁ
70	FRANCISCA CLARICE RODRIGUES DE SOUSA	Presencial	MST
71	Joelaine de Jesus Santana	Presencial	MDA-BA
72	Marília Gabrielly Peixoto de Sousa	Presencial	Marcha Mundial das Mulheres e GT Mulheres ANA
73	Regiane Dutra	Presencial	Mda
74	Joseane Carvalho Costa	Presencial	SFDT/DTTS/MDA
75	Tarcila Martins Portugal	Presencial	MDA
76	Daniella Vasconcelos	Presencial	MDA/SFDT
77	Tatyana Patricio dos Santos	Presencial	MDA
78	João da Mata Nunes Rocha	Presencial	MDA
79	Maria do Socorro Moraes Vasconcelos	Remoto	MDA-PI
80	Carolini Portugal dos Santos	Presencial	Ministério do Desenvolvimento Agrário
81	Lucas da Rocha Ferreira	Presencial	MDA
82	Rita de Cassia Santos Lopes	Presencial	Rede de Colegiados
83	Bruno Pereira Batista	Presencial	MDA
84	Inês Santos da Silva	Presencial	Rede do colegiado
85	Ricardo Gonçalves de Carvalho	Remoto	IASI Instituto de Ação Socioambiental Inovação
86	Maria Angela Nascimento dos Santos	Presencial	Rede de Colegiados
87	Euda Márcia Oliveira Rocha	Presencial	Não
88	Jocimara Batista de Souza	Presencial	MST
89	José Ubiraci Pereira da Silva	Presencial	Cooperativa de Energia e Desenvolvimento Rural do Alto Oeste Potiguar
90	Lilian Abreu de Souza	Presencial	Associação agroextrativista

91	Maria Bruna Freitas Costa	Presencial	Fetase
92	Marivânia Garcia da Rocha	Presencial	MDA-AP/IICA
93	Rose Bezecry	Presencial	Projeto Articulafito/MDA
94	Gustavo Herold	Remoto	Gustavo Herold
95	Noeli Barbosa de Paula	Presencial	Rede Estadual
96	Gene de Lima Moreira	Presencial	Poder publico
97	Edson Matos dos Santos Junior	Presencial	MDA
98	Lúcia Tereza Ribeiro do Rosário	Remoto	Autônoma
99	Luiza Ferreira Rezende de Medeiros	Remoto	Superintendencia do Ministério do Desenvolvimento Agrário de Goiás
100	Jose Marcelo dos Santos Vieira	Presencial	Rede Alagoana e Nacional de Colegiados Territorias
101	Milton Bernardes	Presencial	Superintendência do MDA/RS
102	Dalila Alves Moura	Presencial	Sfdt
103	Gilvan Paiva Pereira	Presencial	Central das Organizações Rurais de Rorainopolis/COPERR
104	Pedro Bavaresco	Presencial	SFDT/MDA
105	Cesário Campelo Braga	Presencial	MDA
106	Lucas	Presencial	Sfdt
107	NEILTON FIDELIS DA SILVA	Presencial	IVIG / UFRJ
108	Erisvaldo Ferreira de Jesus	Presencial	MDA
109	Suziane Machados	Presencial	Sfda Ma
110	Antonio Ferreira Filho	Presencial	RNCT
111	Janio Aquino	Presencial	MDA
112	Adriana Aparecida Mansano Rosa	Presencial	Superintendência do MDA MS
113	André Rocha de Camargo	Presencial	Prefeitura Porto Vera Cruz
114	Jurandir Rodrigues de Araújo	Presencial	Movimento sindical
115	Maria Socorro Gonçalves de Sena	Presencial	STR
116	Ana Nazaré Figueira da Silveira	Presencial	Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Amazonas
117	Valdete Boni	Presencial	SFDATO
118	José Justino Desidério Filho	Presencial	Contraf Brasil
119	Milton Costa Soares	Presencial	FETAGRI Amazonas
120	PLINIO LEITE LOPES	Presencial	DDTS/SFDT/MDA
121	Alice da Silva Pimentel cordeiro	Presencial	Sindicato dos Trabalhadores e Tralhadoras Rurai
122	Gilmar Alves da Silva	Presencial	Coordenação Política da Rede Nacional de Colegiados Territoriais
123	Jeronima Teles Fernandes Souza	Presencial	Poder público
124	Silvio Antônio Diehl	Presencial	Sociedade civil
125	Monica de Castro Pinto	Presencial	Associação Raízes da Floresta
126	Ubiramar Bispo de Souza	Presencial	Rede Nacional de Colegiados Territoriais

(RNCT)			
127	Roberta Leite	Presencial	MDA
128	Paulo Henrique da Silva Coelho	Presencial	Escola Família Agrícola
129	Silvania Oliveira Silva	Presencial	Grupo de mulheres flores do campo
130	Elisângela Batista Viudes	Presencial	Sintrapp
131	Leonete Roseno do Nascimento	Presencial	Recid rede de colegiados territoriais
132	Claudia Rossana Pereira de Souza	Presencial	Assembleia Legislativa de Roraima
133	Glays Rodrigues Matos	Remoto	MDA
134	Victor Tinoco	Presencial	MDA RJ
135	Adalberto do Nascimento Pinheiro	Presencial	Associação da Casa Familiar Rural de Boa Vista do Ramos-AM
136	Rainielly Barbosa Soares	Presencial	Movimento de Mulheres Camponesas
137	Gervano Vicent	Presencial	MDA RO
138	Josenilda da cruz Ferreira	Presencial	Contraf Brasil
139	Vanessa Moreira Gonçalves	Presencial	MDA
140	Thamiris Daniel dos Santos	Presencial	SFDA-MG
141	Maria Leonia Soares da Silva	Presencial	MMTR NE
142	Cícera Soares	Presencial	APAVRA
143	Maria Edna Pedro da Silva	Remoto	Superintendência Federal do Desenvolvimento Agrário no Espírito Santo (SFDA/MDA)
144	Maria Joselma Rodrigues Silva	Presencial	MDA
145	Jheisy Karoline Borges da Silva	Remoto	UFES - LEdoC
146	Guilherme Reis Coda Dias	Presencial	SFDA-SE
147	Régis Dattein Solano	Presencial	Escola Família Agrícola de Vale do Sol - EFASOL
148	Yoshiaki Nogueira Miyazaki	Presencial	Ministério da Pesca
149	Mariana Moraes	Presencial	Ivig-UFRJ
150	Samuel Leite Caetano	Presencial	Cnpct
151	Valdeci Chaves de Sousa	Presencial	STR
152	Marcos Roberto Gregolin	Presencial	ADEOP
153	jose Renato Ferreira de Araújo	Presencial	MST
154	Ana Clara Vale Assis	Presencial	ANATER
155	Valber da Silva Frutuoso	Presencial	Fundação Oswaldo Cruz
156	Ana Isabel m.ramalho	Presencial	MPA
157	Sérgio Osmar Conti	Presencial	MPA
158	Francisco de Oliveira Mariano	Presencial	ANATER
159	Sergio Biron Burgardt	Presencial	Anater
160	Carolina Magno Rodrigues da Costa Chaves	Presencial	MDA
161	Marilanda Hassegawa	Presencial	Organização

162	Maria Eduarda Vasconcelos	Presencial	MDA
	Alba Simone Barbosa		
163	Mendes	Presencial	Fiocruz
	Monica Vasconcelos		
164	Kuhlmann	Presencial	Condraf/MDA
	Maria da Graça Lobo		
165	Pedrosa	Presencial	Anater
166	Dario Alves de Andrade	Presencial	Mda
167	Lamounier Erthal Villela	Presencial	UFRRJ
168	Rafael Gastal Porto	Presencial	MDS
			Central Nacional de Cooperativas DE ATER - CENATER
169	Cláudia Regina Cascás Sousa	Presencial	
	Alexandre Augusto Ramos		
170	de Faria	Presencial	Mda/Superintendência do Paraná
	Wilton Carlos de Carvalho		
171	Galindo	Presencial	MDA TOCANTINS
			Federação dia trabalhadores na agricultura de Rondônia
172	Alessandra da Costa Lunas	Presencial	
	Welliton Rezende		
173	Hassegawa	Remoto	SETEQ/MDA
174	Caio do Nascimento Mota	Presencial	SETEQ - MDA
			Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais
175	Marilene Faustino Pereira	Presencial	
176	Sandra Paula Bonetti	Presencial	CONTAG
	Francisco urbano Araujo		
177	filho	Presencial	Nenhuma
178	Isabel Cristina F. Oliveira	Presencial	IICA - MDA - SFDT - DGFUND
	Vilenia Venancio Porto		
179	Aguiar	Presencial	Contag
180	Severino leite diniz	Presencial	CPT
	Isabel Cristina Lourenço da		
181	Silva	Presencial	ANATER
182	Moises Savian	Presencial	MDA
183	Ximena Moreno	Presencial	Fiocruz
	Melqui de Oliveira Coutinho		
184	Sousa	Remoto	UFRRJ
	Maria Aldete Justiniano da		
185	Fonseca	Remoto	MDA
186	Juarez Martins Rodrigues	Remoto	MDA GO.
187	Iarissa Alves lacerda	Presencial	SFDT/MDA
	Luiz Henrique da Silva		
188	Portela	Presencial	MDA
	Luciana Gabriella da Silva		
189	Dias	Presencial	SFDT-MDA
190	Monira Sales Matos	Remoto	SETRE
			CET - Coordenação Estadual dos Territórios da Bahia
191	Fabio Farani	Presencial	
192	Thiago dos Santos Xavier	Presencial	Seplan/BA

193	Luciano Mansor de Mattos	Presencial	SFDT MDA
194	Rachel de Las Casas	Remoto	UFRRJ
195	Robert Morais Thompson	Presencial	Mda SFDT
196	Vanduy Cordeiro dos Santos	Presencial	Secretaria do Planejamento da Bahia - Seplan BA
197	Janaine Saraiva	Presencial	MDA
198	Maria luzinete lauret	Presencial	Associação de agricultura
199	Rosiele Neves Felix	Presencial	MDA
200	Lidenilson Silva	Presencial	Movimento Camponês Popular
201	Clarice Campelo de Melo Ferraz	Presencial	UFRJ
202	Raphael Mathias Martins	Presencial	MDA
203	Raquel Pereira de Souza	Presencial	MDA
204	ANDRÉ LEONARDO	Remoto	IF BAIANO
205	Wilson Dias	Presencial	IICA
206	Patrick Maurice Maury	Remoto	PEPEDT-UFRRJ
207	JOSÉ AUGUSTO MONTEIRO DE CASTRO LIMA	Remoto	IFBAIANO CAMPUS CATU
208	Napoleão Cordeiro Almeida	Presencial	Não
209	Sandra Silva de Carvalho	Presencial	Rede Nacional de Colegiados UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
210	Betty Nogueira Rocha	Remoto	Fiocruz
211	Camila Lima Gomes	Presencial	Rede Nacional de Colegiados Territoriais
212	Márcia Dornelles	Presencial	FIOCRUZ BRASÍLIA -Programa de Promoção da Saúde, Ambiente e Trabalho
213	Virgínia da Silva Corrêa	Presencial	SFDT/MDA-UFSC
214	Ademir Antônio Cazella	Remoto	Cooperativa de Agroindústria e Produtores Rurais do Vale do Jamari
215	Amauri Guedes de Freitas	Presencial	Prefeitura de Cardoso Moreira
216	Tania Franco Marques	Presencial	Rede Nacional Colegiados - MS
217	Carlos Alberto Heling	Presencial	ASMEC
218	Rosa Becker dos Santos	Presencial	Fiocruz Brasília
219	Isabel Miranda	Presencial	Rede Nacional de Colegiados
220	Edilson dos Santos Sarate	Presencial	Secretaria municipal de agricultura de cocos
221	Marcell do vale wanderley	Remoto	Mda
222	Ervanda timm	Presencial	
223	Rita da Conceição Lopes da Silva Benvindo	Presencial	Rede colegiados
224	Brígida Salgado	Remoto	Escola das Águas Nascentes - Teia dos Povos
225	Marília Anunciacao Souza	Presencial	Instituição
226	Bivar de Souza Duda	Presencial	Secretaria de Estado da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido da Paraíba

227	Raimundo Konmannanjy	Presencial	Associação Nacional Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu-ACBANTU
228	Daiane Castor Braz	Presencial	Cet movimento
229	Marcelo Rocha	Presencial	CAR GOV. BAHIA
230	Eleneide Alves Cordeiro Carneiro	Presencial	CET Bahia
231	Magali	Remoto	SEPLAN BAHIA
232	Luciana de Andrade Gallan	Presencial	MDA MT
233	Rita Rodrigues Souza	Presencial	Codeter Médio Rio das Contas
234	Valmir Sousa Santos	Presencial	Coordenação Estadual dos Territórios
235	José ffitsch	Presencial	Superintendente federal MDA de SC
236	Cláudio Lisboa da Silva	Presencial	Coordenação Estadual dos Territórios da Bahia (CET-BA)
237	João Alberto de Souza	Presencial	Coordenação Estadual dos Territórios de Identidade da Bahia
238	Edimario Oliveira Machado	Presencial	Colegiado Territorial - BA
239	Lucimara Pereira Muniz	Presencial	Instituto de desenvolvimento afro norte noroeste fluminense
240	Augusto Cesar Monteiro da Silva	Remoto	MDA / PI
241	Iorrana Lisboa Camboim	Remoto	MDA
242	Christian Fischer Troncoso	Presencial	IICA
243	Simone Ramos	Presencial	Fiocruz
244	Luciana Neves Sarno	Remoto	Instituto de Permacultura da Bahia
245	Maria do Socorro de Souza	Presencial	Fiocruz Brasília
246	Priscylla Karoline de Menezes	Remoto	MDA GOIAS
247	André Soares dos Santos Paz	Remoto	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrário de Aracati - CE e RESES Prainha do Canto Verde - Beberibe.CE
248	Fernanda Ramos de Medeiros	Presencial	Subsecretaria de Mulheres Rurais - MDA
249	Samuel de Albuquerque Carvalho	Presencial	MDA / Condraf
250	José Rafael Cutrim Costa	Presencial	Fiocruz Brasília
251	Noara Modesto Pimentel	Presencial	Fibras do Quilombo
252	Andrea de Lyra Connolly	Presencial	Departamento de Governança Fundiária
253	Wannuzia Maria Silva Nogueira Pinheiro	Presencial	Departamento de Governança Fundiária - DGFUND
254	Cláudia de Oliveira d 'Arede	Presencial	Fiocruz
255	José Ivan Mayer de Aquino	Remoto	Comitê DF/RIDE/GO da Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida
256	Elto Aparecido Moreira	Remoto	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
257	Ronaldo Targino	Presencial	Instituição SEAGRI ALAGOAS
258	Tyago Bernardes Cabral de	Presencial	Empresa Brasil de Comunicação

Paula			
259	Joseilda Almeida silva	Presencial	EBC
260	Ivanilson magalhaes da silva	Remoto	SEMAG, Macapá _AP
261	Ricélia Maria Marinho Sales	Remoto	Universidade Federal de Campina Grande- PB
262	ERASMO CARLOS RIBEIRO VIANA PASSOS	Remoto	SAF-PI
263	Yon Fontes	Remoto	CODETER - Colegiado de Desenvolvimento Territorial Piemonte Norte do Itapicuru - Bahia
264	Izabel Missagia de Mattos	Remoto	UFRRJ
265	Rosely Martinez Georges	Remoto	COOPAER - Cooperativa de Desenvolvimento Rural em Agronegócio
266	Onaur Ruano	Presencial	Pacha Mama
267	Nalfra Maria de Queiroz Sátiro Batista	Remoto	Projeto COOPERAR . PB RURAL SUSTENTÁVEL
268	Jannice Maria de Jesus	Remoto	SECRETARIA DE AGRICULTURA FAMILIAR - SAF/PI
269	Flávio Melo de Luna	Remoto	ONG
270	Vanderley ziger	Presencial	MDAF
271	Antonio de ssouza alves	Presencial	Sindicato dos trabalhadores rurais
272	Simone Sousa de Almeida	Remoto	UNEFAB união nacional das escolas famílias agrícolas do Brasil
273	Maria Aparecida Euzébio de Queiroz	Presencial	PT
274	Luciano Monteiro da Silva	Presencial	CARPIL Cooperativa Agropecuária Regional de Palmeira dos Índios-
275	Francisco de Souza Irmão	Presencial	UNICAFS-Alagoas
276	Ana Odalia Vieira Sena	Remoto	UNEB - CBHPIJ
277	Marcio Harrison dos Santos Ferreira	Remoto	Instituto Federal do Piauí e PPGADT/ UNIVASF
278	Marcia Costa Alves da Silva	Remoto	UFRRJ / PEPEDT
279	Beatriz Borges	Remoto	AgroecoBR
280	Lidiane Maria Vieira Veloso	Presencial	Rede Nacional dos Colegiados Territoriais, Estado do Piauí
281	UIARA FERREIRA FARIAS	Remoto	UNIVERSIDADE DO VALE D SÃO FRANCISCO - UNIVASF
282	Claudilson Souza dos Santos	Remoto	PPGADT UNEB/UNIVASF/UFRPE
283	EDLAN CONCEIÇÃO REIS	Presencial	Cooperativa de Agricultores Familiares
284	Edmundo Gallo	Presencial	Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ
285	José de Arimatéia Sousa e Silva	Presencial	Rede nacional do PI
286	Ricardo Alves de Oliveira	Presencial	ALMG
287	Samantha Barros Corrêa	Presencial	SEDES DF
288	Adriana Aparecida da Morais Ribeiro	Presencial	COOPAF MURIAE . Cooperativa dos Produtores da Agricultura Familiar Solidária

			Rede de colegiado Sindicato dos Agricultores Familiares de Afonso Cláudio Laranja da Terra e Brejetuba
289	Pedro Vill	Presencial	
290	Ana Carolina Cançado Teixeira	Presencial	MDA SFDT
291	Adriano Rodrigues de Oliveira	Presencial	SEAB - MDA
292	Tiago Araújo	Presencial	MIDR
293	TATIANA SALES DOS SANTOS	Presencial	Projeto onça
294	Decio Machado Monteiro	Remoto	MDA/RS
295	Francisco Rodrigues Júnior	Presencial	Fetase
296	Elaine Cristina Ramos	Remoto	DATER/MDA
297	Geice Queila de Lima Silva	Presencial	MDA SP
298	Cícero Erivaldo de Lima	Remoto	PPGADT-UNEB
299	Cristiana Oliveira Silva de Almeida	Presencial	DGFUND/SFDT/MDA
300	Antonio Mário do Rosário Júnior	Presencial	Central das Associações Agroextrativistas da Reserva de Desenvolvimento Sustentável RDS Rio Amapá
301	Izabele Pimenta	Presencial	IEB
302	Sirlei da Conceição Dias	Remoto	SFDA-MDA/BA
303	Alcinei França Pimenta	Presencial	Ass.mor.agro.com.de Braço Grande
304	Haroldo Paula de Oliveira	Presencial	Central das Associações Agroextrativistas do Rio Manicoré
305	Reginaldo do nascimento Freitas	Presencial	Organização social amalcg
306	Isabel Levy Sobreira	Presencial	ArticulaFito
307	Aurenilde Aires dos Santos	Presencial	Associação Pró-Cultura de Formosa do Rio Preto BA
308	José Nilton Campelo Lacerda	Remoto	FASER
309	Jardel Luís Félix Pacheco	Remoto	UNEB
310	Joseilde Amaro dos Santos	Remoto	PPGADT UNEB e IFCE CRATO
311	Rita de Cássia Souza Martins	Remoto	PPGADT UNEB/UNIVASF/UFRPE
312	Erivan Januário de.morais	Remoto	Associação dos produtores rurais da vicinal 12

Anexo 2 - Carta do Seminário